

Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Ciências Econômicas

**O Processo de Industrialização do Nordeste
induzido pela SUDENE
Numa visão de história oral**

Por: Juliana Andrea Lataste Rodriguez
Orientador: Prof. José Roberto Ottoni de Mendonça

Dissertação apresentada na disciplina
Monografia II da Faculdade de
Ciências Econômicas da
Universidade Federal da Bahia.

Salvador - BA
Jan./95.

11847

Aos meus queridos pais,
Martin e Sonia, e irmãos,
Daniel, Jean Paul e Michel.

“É muito melhor arriscar coisas grandiosas: alcançando triunfo e glória, mesmo expondo-se à derrota, do que formar fila com os pobres de espírito que nem gozam muito, nem sofrem muito, porque vivem nessa penumbra cinzenta que não conhece vitória nem derrota”.

Franklin D. Roosevelt

AGRADECIMENTOS

Foi de extrema importância para a conclusão do presente trabalho monográfico a colaboração do professor orientador, José Roberto Ottoni de Mendonça. Amigo, incentivador, mostrou-me o ponto de partida. Sempre compreensivo e perseverante nas dificuldades surgidas no decorrer do tempo, acreditou no desenvolvimento deste trabalho.

Aos entrevistados, os Sr(s) Clemente Ribeiro; Edmilson Assunção; Edmilson Carvalho; José Antonio da Silva; Jorge Santana e Valfrido Filho, pela atenção que me receberam, foram imprescindíveis na execução do trabalho.

A meu amigo, Roberto Ivo, pelo total apoio em Recife. Sempre prestativo e preocupado comigo, contactou com as pessoas que deveria procurar na sede da SUDENE. A sua mãe, Dona Helena, pelo amor e carinho em que fui recebida na sua residência, no Recife.

Estendo os meus agradecimentos aos funcionários da SUDENE - Recife/Salvador, pela grande atenção que me dispensaram, em especial: Laércio Cirne - Coordenador do CCS (Coordenadoria de Comunicação Social); Vanildo Moura - Secretário do Conselho Deliberativo; Cleide Araújo - Chefe do NAP (Núcleo de Apoio Administrativo) e DPP (Diretoria de Apoio do Pequeno Produtor Rural); A equipe técnica do DAI (Departamento de Administração de Incentivos Financeiros do FINOR) - Horley Polari(Economista) - Jamisson Cavalcant(Engenheiro Civil) - Lucio Costa(Químico) - Luiz Venâncio(Engenheiro Civil); Graça Paiva (Atualmente, Presidente do Centro Jossue de Castro/Recife); Barbara Barbosa - Coordenadora do escritório da SUDENE/Salvador.

Não teria sido possível a concretização do trabalho, sem o estímulo, perseverança e a grande ajuda que recebi em todos os momentos de minhas amigas: Alexandra Carvalho; Nara da Silva; Maria de Fatima da Silva Neube Costa e Silva; Marcia Silva; Rosana Matsushita e Sherley Nara.

Ao meu grande amigo e companheiro, Eliecio, pelo incentivo, apoio, carinho e compreensão, em todas as circunstâncias.

A todos que contribuíram, direta ou indiretamente, com um gesto, uma palavra, e, às vezes até um olhar, na concretização deste trabalho,

Minha sincera gratidão.

SUMÁRIO

	Página.
Apresentação	
Capítulo I - A SUDENE	
1.1 - Instituição e Organização da SUDENE	01
1.2 - Visão Histórica da SUDENE	04
1.3 - Estratégias, Atividades e Transformações	08
Capítulo II - "As Falas"	
2.1 - Jorge Fernando de Santana	15
2.2 - Edmilson Carvalho	36
2.3 - José Antônio Gonçalves da Silva	48
2.4 - Edmilson Assunção	51
2.5 - Clemente Rosas Ribeiro	57
2.6 - Valfrido Salmito Filho	61
Capítulo III - Considerações Finais	76
Anexos	
Referências Bibliográficas	

APRESENTAÇÃO

Este trabalho monográfico visa concluir o currículo exigido para Graduação em Ciências Econômicas na disciplina do Currículo Mínimo - Eco 177 - Elaboração de Monografia II. Desta forma, o tema originou-se numa tentativa para uma melhor compreensão do Nordeste, retratando os aspectos do seu atraso regional e os graves problemas econômicos e sociais que a região vem enfrentando. Apesar da intervenção do Estado através da SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, o quadro de penúria na região praticamente não alterou-se com a expansão econômica no setor industrial. Pensou-se então, em fazer um estudo sobre a SUDENE que há muito tempo vem sendo discutido.

O objetivo principal deste trabalho consiste em fazer uma reavaliação do papel desempenhado pela SUDENE, abordando a estratégia de ação adotada por este órgão no processo de industrialização, no período de sua criação até a década de 90. O presente trabalho, será centrado no relato de pessoas que vivenciam e/ou acumularam experiências ao longo da história deste órgão.

A originalidade deste trabalho está centrado no fato de não objetivar resgatar determinados "chavões" que já foram discutidos todos esses anos na Literatura Econômica. Ele busca através do roteiro de entrevistas, auferir informações com enfoques diferentes a respeito do objeto de estudo, dentro de uma visão crítica, ou não, por parte dos entrevistados, dando uma abordagem de perspectiva.

O trabalho está dividido em cinco partes. A primeira parte relata de forma sucinta o surgimento da SUDENE.

A segunda parte refere-se a uma menção do processo histórico em que foi constituída a SUDENE e as mudanças que este órgão sofreu no decurso de sua caminhada.

Realizou-se na terceira etapa informações sobre os instrumentos de trabalho utilizados pela SUDENE - Planos Regionais, bem como, as principais atividades implantadas pelo órgão no Nordeste e as transformações mais relevantes no desenvolvimento regional.

A quarta parte refere-se ao relato histórico de seis pessoas que participaram do processo de industrialização do Nordeste, induzido pela SUDENE. Nesta etapa do trabalho utilizou-se a entrevista estruturada consistindo em perguntas precisas, ordenadas cronologicamente, sem constrangimento por parte do entrevistado e que permitisse mais amplitude nas respostas. Foi utilizado o gravador para fazer a entrevista e posteriormente o relato foi transcrito (Vide Anexo I).

As perguntas foram elaboradas a partir das leituras de bibliografia e discussão com o professor orientador.

Preocupou-se em aplicar o mesmo questionário para todos os entrevistados, com o objetivo de comparar as opiniões, identificando divergências ou similaridades. O mais relevante da entrevista é obter enfoques diferenciados para as mesmas perguntas dada a vivência acumulada de cada entrevistado.

A entrevista aplicada na amostragem teve a preocupação de obter informações de pessoas de maior vivência na SUDENE e que tiveram possibilidade de testemunhar os fatos que lá ocorreram.

Na quinta etapa realizou-se as considerações finais baseadas em fontes bibliográficas utilizadas no decorrer do trabalho e nas entrevistas aplicadas.

LISTA DE TABELAS

	Página
1 - Nordeste - Recursos Federais aplicados através da SUDENE - 1980 -88	87
2 - Brasil - Regionalização estimada dos Incentivos Fiscais - 1990	88
3 - Nordeste - Projetos beneficiados pelo sistema de incentivos Governamentais administrados pela SUDENE, por setor de atividade - 1962 -89	89
04 - Participação do PIB setorial no PIB global do Nordeste - 1960-1993	90
05 - Nordeste - Indicadores do desenvolvimento da indústria de transformação	91
06 - Nordeste do Brasil - Saldo da Balança Comercial - 1980-93	92
07- Nordeste - Evolução do Produto Interno Bruto por setor de atividade - 1960 - 1990	93
08 - Brasil e Região Nordeste - Índices e variações anuais do Produto Interno Bruto Real - 1960-94 (Ano Base = 1980)	94
09 - FINOR - Projetos Concluídos e em Implantação - Posição em Setembro/93 - Por Setor.	96
10- Quadro Comparativo entre recolhimentos de IPI e ICMS das 100 maiores empresas incentivadas e o	97

orçamento do FINOR 1987/1992 (Valores em US\$)

- | | |
|---|-----|
| 11 - Brasil - Nordeste - Número de matrículas por grau de ensino - 1960 - 1990 | 98 |
| 12 - Nordeste - Abastecimento de água e esgotos sanitários 1960 - 1988 | 99 |
| 13 - Taxa média anual de crescimento do PIB Real "Per Capita" do Brasil e região Nordeste - 1960-1993 | 100 |

CAPÍTULO I - "A SUDENE"

1.1 -INSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA SUDENE

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste surgiu através do diagnóstico do GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, sendo constituído pelo Decreto nº 40.554 em 14 de dezembro de 1956. Segundo o GTDN, a única saída para o desenvolvimento regional seria através da industrialização. Em 1959, o Grupo conclui o seu relatório denominado "Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste", propondo:

- a) criação de parque industrial autônomo;
- b) modernização agrícola nas áreas úmidas;
- c) racionalização agrícola nas áreas semi-áridas;
- d) colonização em áreas devolutas;
- e) articulação de ação regional da União”.¹

Esse documento traça estratégias para o desenvolvimento regional, mostrando a necessidade de reformulação da atuação do Governo Federal na região e da transformação estrutural na agricultura e indústria.

Através do decreto nº 45.455, de 20 de fevereiro de 1959 foi criado o CODENO - Conselho de Desenvolvimento do Nordeste, sediado no Recife. Era um órgão de transição e intermediário entre a proposta e a institucionalização do programa elaborado pelo GTDN. Nessa mesma data da sua criação foi encaminhado ao Congresso Nacional o projeto de lei da criação da SUDENE.

A SUDENE foi criada pela Lei nº 3.692, em 15 de dezembro de 1959, começando a funcionar no primeiro trimestre de 1960, no Governo do

(1) Modernização Regional em Curso, p.7

Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

A área de atuação da SUDENE compreende nove Estados - Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e inclui o Polígono das Secas na área do Norte de Minas Gerais (inclui 42 municípios). A extensão territorial do Nordeste é de 1.661.012 km² aproximadamente, com uma população de 40 milhões de habitantes (17,6 milhões vivem na zona rural), possuindo 1.552 municípios em toda a região.

A SUDENE é sediada em Recife, atualmente possui onze escritórios: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Brasília e São Paulo.

Inicialmente, esse órgão era vinculado diretamente à Presidência da República possuindo amplos poderes, entre os quais:

“1) Características:

- a) AUTORIDADE (Vinculação ao Presidente da República);
- b) LEGITIMIDADE (Colaboração intergovernamental);
- c) EXCEPCIONALIDADE administrativa (Autonomia e instrumentação complementar e específica).

2) Atribuições:

- a) PLANEJAMENTO (Informação e política);
- b) COORDENAÇÃO (Articulação da atuação federal);
- c) COOPERAÇÃO E ASSISTÊNCIA (Apoio técnico e financeiro);
- d) EXECUÇÃO (Direta e/ou indireta).

- 3) Composição:
- a) CONSELHO DELIBERATIVO (Instância política e decisória);
 - b) SECRETARIA EXECUTIVA (Instância técnica e operativa)".²

Segundo Celso Furtado, "A SUDENE pretende ser um órgão de natureza renovadora com o duplo objetivo de dar ao Governo um instrumento que o capacite a formular uma política de desenvolvimento para o Nordeste e, ao mesmo tempo, o habilite a modificar a estrutura administrativa em função dos objetivos".³

(2) Modernização Regional em Curso, p.23.

(3) Celso FURTADO, A operação Nordeste, p.18.

1.2 -VISÃO HISTÓRICA DA SUDENE

Antes da criação da SUDENE, o Nordeste sofria de graves problemas políticos-sociais e econômicos agravados pelas secas periódicas. Havia vários movimentos sociais populares principalmente, os comandados pela Igreja e Ligas Camponêsas, que não estavam satisfeitos pelo quadro de subdesenvolvimento em que se encontrava o Nordeste. A situação de miséria e de pobreza da população acentuava-se cada vez mais. A região encontrava-se com uma economia praticamente estagnada, em decorrência da falência da base econômica, apoiada na atividade exportadora de produtos primários, principalmente de origem agropecuária.

O Estado tentava amenizar o problema das secas através do DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, desenvolvendo seus programas nos anos 50. Este, foi o primeiro Órgão do Governo Federal que interviu no Nordeste, sem entretanto, modificar a estrutura social e produtiva da região. Esse Departamento mostrou-se ineficiente na política de ação desenvolvida para o fim proposto, gastando muitos recursos e privilegiando a oligarquia rural.

Com o Governo de Juscelino Kubistchek de Oliveira, o Brasil vivia tempos de esperança e o Nordeste no seu Governo tornou-se prioridade nacional. Sendo assim, houve a necessidade de se criar um Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste - GTDN, para estudar os problemas sócio-políticos-econômicos e propor um plano de ação para desenvolver a região.

Através do diagnóstico do GTDN é criada a SUDENE, com o objetivo de amenizar ou conter as disparidades inter-regionais, entre o Nordeste e o Centro-Sul.

Na década de 50 estas disparidades agravaram-se, uma vez que, o Nordeste apresentava uma economia praticamente estagnada e o Centro-Sul uma economia em pleno desenvolvimento decorrentes da industrialização auxiliadas por políticas protecionistas.

Na década de 50 estas disparidades agravaram-se, uma vez que, o Nordeste apresentava uma economia praticamente estagnada e o Centro-Sul uma economia em pleno desenvolvimento decorrentes da industrialização auxiliadas por políticas protecionistas

Por outro lado, existia a necessidade do capital se expandir a nível nacional encontrando no Nordeste a perspectiva de implantação da indústria intermediária e de bens de capital. Possuindo ainda mão de obra abundante e barata, diversos recursos naturais e localização privilegiada através do Porto de Aratu.

Desta forma, o Nordeste forneceria insumos mais baratos que os outros Estados, produzindo produtos básicos e intermediários de tal forma que seriam comercializados para outras regiões, em especial para o Centro-Sul.

A SUDENE oferecia um vasto volume de benefícios ao setor privado, através de um conjunto de incentivos fiscais, financeiros e cambiais para as empresas que se instalassem na região, com o objetivo de dinamizar o desenvolvimento regional. O principal instrumento fiscal e financeiro administrado pela SUDENE foi o mecanismo 34/18, concedido as empresas privadas instaladas no Nordeste, consistindo na dedução do imposto de renda para fins de investimento e projetos no Nordeste. Inicialmente, o mecanismo era conhecido como 34 pelo Artigo 34 do Decreto nº 3.995 de dezembro de 1961, sofrendo modificações pelo Artigo 18 do Decreto nº 4.239 de junho de 1963, passou a ser conhecido como mecanismo 34/18, abrangendo empresas de capital estrangeiro registradas no país, antes eram permitidas somente as empresas inteiramente nacionais serem beneficiadas das deduções do imposto de renda. Pelo Decreto-Lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974, o mecanismo 34/18 é transformado em FINOR - Fundo de Investimento do Nordeste.

Esse conjunto de fatores beneficiava o grande empresariado nacional e internacional na implantação de empresas no Nordeste. Na década de 60, verificou-se a transferência de grupos econômicos nacionais e internacionais para o Nordeste que estavam interessados em expandir o capital centralizado na região Centro-Sul.

A partir de 1964, no período da ditadura militar, a SUDENE passou a sofrer limitações orçamentárias e nas suas atribuições referentes a supervisão, coordenação e controle dos órgãos Governamentais que atuavam no Nordeste.

Em 1964, a SUDENE passou a ser vinculada ao MECOR - Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, mais tarde transformado em MINTER - Ministério do Interior, em 1967. Esse Ministério, além de coordenar os organismos regionais como a SUDENE, SUDAM, SUDECO e a SUDESUL e os Territórios Federais, incluíam em sua competência o Projeto Rondon; SEMA; SUFRAMA; DNOCS; CODEFASF; BNH; BNB; FUNAI. Isto significou uma perda do poder político e administrativo e a anulação da prioridade de atuação do Governo no Nordeste, pois a SUDENE não era mais vinculada diretamente a Presidência da República

Em 1966, agravou-se a situação da SUDENE, em virtude de uma redução drástica dos incentivos fiscais e financeiros, além do desvio de recursos orçamentários utilizados em outros órgãos, tendo como consequência uma diminuição da eficiência dos Planos Diretores e as revisões anuais dos recursos programados, acarretando uma interrupção na execução dos projetos e restrições das atividades da SUDENE, conforme exemplificado abaixo:

1963: Criação da SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia;

1966: Criação da EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo, a nível Nacional e do Programa Nacional de Reflorestamento;

1967: Foi abolido o fundo de auxílio ao Nordeste, na luta contra as secas, significando perda do principal recurso da SUDENE; No mesmo ano, foi criado a SUDEPE - Superintendência do Desenvolvimento da Pesca, a nível nacional;

1970: Corte de 30% dos recursos para a criação do PIN - Programa de Integração Nacional;

1971: Mais um corte de 20% dos recursos para a criação do PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo a Agro-Indústria do Norte e Nordeste

1974: Através do Decreto Lei nº 1.376/74 surge o FINOR - Fundo de Investimento do Nordeste, quebrando assim a danosa intermediação dos incentivos dos Art. 34/18. Entretanto no mesmo ano, determinou-se que somente as grandes empresas de grande porte teriam direito ao FINOR;

1976: Ficam proibidas as Estatais de deduzirem o Imposto de Renda para investir no FINOR;

1979: Criou-se um adicional do Imposto de Renda, de 5% para as empresas sem quaisquer deduções para as regiões incentivadas;

1982: O Imposto de Renda da pessoa jurídica foi diminuído de 30% para 25% e o adicional anteriormente referido e não dedutivo para efeito do FINOR, foi ampliado de 5% para 10%, mais uma manobra de diminuição do percentual de incentivo para a SUDENE.

1.3 - ESTRATÉGIA, ATIVIDADES E TRANSFORMAÇÕES

Para cumprir o seu programa de ação em desenvolver o Nordeste, a SUDENE empregou fortes mecanismos de coordenação, de política econômica e financiamento.

A partir dos anos 60, foram elaborados dez Planos Regionais - 1961 a 1989 (Quadro 1). Eram poderosos instrumentos de coordenação do conjunto de investimentos federais na região. O principal Plano Regional foram os Planos Diretores da SUDENE (trienais), elaborados, executados e controlados pela agência regional e aprovado pelo Congresso Nacional no Decreto nº 47.890, de 09 de março de 1960, tendo o objetivo de garantir uma dotação orçamentária sólida na realização dos projetos de desenvolvimento regional.

No que concerne ao mecanismo da política sócio-econômica, o seu principal instrumento seria o crédito. O BNB - Banco do Nordeste do Brasil teria um papel preponderante de Banco Desenvolventista no Nordeste, os seus recursos seriam ampliados, através de depósitos obrigatórios de verbas de todos os órgãos federais atuantes na região, com a finalidade de implantar obras e serviços públicos de desenvolvimento econômico e na execução de projetos agrícolas e industriais.

A SUDENE iria apoiar financeiramente pesquisas de recursos naturais, tecnológicos e grandes projetos de energia elétrica, com o auxílio do BNB e BNDE - Banco de Desenvolvimento Econômico.

No tocante a questão dos instrumentos financeiros, a SUDENE contava com um volume substancial de verbas em investimentos regionais para projetos de obras e serviços públicos e projetos ao apoio da iniciativa privada, inseridos nos Planos Diretores.

O orçamento da SUDENE destinado a projetos de obras e serviços públicos representava uma parcela nunca inferior a 2% da Receita Tributária da União para o Nordeste, norma estabelecida pelo poder Executivo, que lhe garantia um volume de recursos estáveis. Essas verbas eram complementadas com outros recursos e fundos especiais: Fundo dos Ágios; FIDENE; FEANE; FURENE e o FURAGRO.

Durante a sua trajetória, a SUDENE foi perdendo um volume substancial de recursos, entre eles, o recurso que garantia uma dotação orçamentária estável para a agência regional. Atualmente, as verbas para a SUDENE constituem-se de uma forma residual, através de recursos não orçamentários advindos de "Programas Especiais", como o POLONORDESTE, PROHIDRO, PROCANOR, PAPP. Esses recursos funcionam como substituto das verbas que os órgãos federais deveriam aplicar na região.

Relativamente, aos instrumentos de apoio aos investimentos do setor privado, a SUDENE oferecia um conjunto de incentivos creditícios, fiscais e financeiros, entre os quais:

- * empréstimos subsidiados a projetos industriais de interesse ao desenvolvimento industrial;
- * isenção de impostos e taxas de importação de equipamentos para empreendimentos industriais prioritários;
- * isenção de produtos industrializados;

* isenção e o de redução do Imposto de Renda a projetos industriais e agrícolas, como também, o incentivo fiscal para reinvistimento as empresas instaladas no Nordeste;

* incentivo 34/18 - Dedução do Imposto de Renda. Principal instrumento a disposição da SUDENE para atrair a iniciativa privada à região.

Ao longo do tempo, os benefícios do mecanismo 34/18 são ampliados a outros setores e programas, sendo estes financiados pelos recursos do sistema 34/18., prejudicando a atuação da SUDENE nos empreendimentos industriais e atrasando a implantação destes.

Na estratégia da ação de atuação da SUDENE estavam inseridos os Planos Regionais, oferecendo prioridades nos segmentos:

* infra-estrutura: objeto de programas de estudos e pesquisas. Nesse segmento, esperavam-se verbas para modificar a economia do semi-árido, modernizar a agricultura e a industrialização, fatores preponderantes no desenvolvimento regional;

* agricultura: estudo e estímulo as atividades agrícolas. Foram criados vários grupos de trabalho com o intuito de modernizar as atividades rurais: COLONE; GEIDA; GERAN; PENESA; CANESA; FEANE e FURAGRO.

* indústria: mereceu um grande destaque, por ser considerado o "motor" de desenvolvimento no Nordeste. Nos programas da SUDENE constavam as propostas da instalação de indústrias básicas e de alto poder de desenvolvimento, bem como, a organização e reequipamento das indústrias tradicionais;

* recursos humanos: ênfase na educação de base e na melhoria de saneamento da população;

* administração pública: auxílio aos órgãos públicos na superação de suas dificuldades de equipamentos, estrutura e qualificação dos recursos humanos para a sua modernização;

* tecnologia: projetos de investigação tecnológica. Foi criado o FURENO - Fundo de Pesquisas e de Recursos Naturais e o TSA - Programa do Trópico Semi-Árido.

* desenvolvimento sub-regional e urbano: programas de reconhecimento de pólos de crescimento e localização privilegiada para os empreendimentos produtivos; programas de abastecimento de água, esgotos sanitários, habitação, infra-estrutura urbana para empreendimentos industriais, promoção do turismo e administração municipal; programas de transformação de estruturas rurais e a reorientação do desenvolvimento urbano.

Ocorreram profundas mudanças na estrutura produtiva na região, através das atividades empreendidas no Nordeste pela SUDENE (Quadro 2), desempenhando importante papel de indutor no desenvolvimento do Nordeste. A produção urbana expandiu-se, diversificou-se e modernizou-se. Foram criados estabelecimentos novos no Nordeste, juntamente com a modernização e a ampliação da existentes. Os grandes empreendimentos industriais estabelecidos no Nordeste contaram com a ajuda da SUDENE, através dos incentivos fiscais e financeiros administrados por esse órgão: Pólo Petroquímico de Camaçari (na Bahia), o Complexo Industrial de Base de Sergipe, o Pólo Cloroquímico de Alagoas, o Complexo Industrial-Portuário de Suape (Pernambuco), o Pólo Químico- Metalúrgico do Rio Grande do Norte, o Complexo Industrial Diversificado do Ceará e o Pólo Siderúrgico do Maranhão.

A SUDENE utilizou-se de recursos federais na ampliação da capacidade produtiva regional. Os incentivos foram direcionados aos segmentos de melhor resposta no fomento do desenvolvimento regional, conforme exemplificado abaixo (Tabela 1):

- 1 - incentivos financeiros; *a partir da iniciativa privada*
- 2 - programas emergenciais;
- 3 - recursos vinculados; *(programas acumulados)*
- 4 - orçamentos. *do Sudene*

Apesar do Governo no Brasil reservar poucos recursos para investimentos no Nordeste (Tabela 2), houve expansão dos investimentos no Nordeste nas atividades de agropecuária, indústria e serviços, beneficiando vários projetos nesses setores (Tabela 3):

* Setor de agropecuária: Agricultura, siveicultura e pesca. Construção de edificações; reaparelhamento de máquinas, veículos e plantação de plantéis e de culturas permanentes;

* Setor industrial: Ocorreram vultosos investimentos na indústria extrativa mineral (principalmente na extração de petróleo); nos segmentos de produção de energia elétrica (capacidade produtiva aumentou) e tratamento e abastecimento de água; na construção civil, obras de urbanização e sobretudo na indústria de transformação a SUDENE incentivou grande número de empreendimentos em projetos novos e de modernização;

* Setor de serviços: Realizou-se investimentos nos segmentos da infraestrutura viária; edificações de armazéns; telefonia; telegrafia; correios; telecomunicações; comércio; hotelaria; serviços financeiros (bancos de desenvolvimento); serviços sociais e de saneamento e atividades da administração pública federal, estadual e municipal.

A economia do Nordeste terá uma nova fonte de dinamismo desempenhado pelas atividades da indústria e serviços, contribuindo no desenvolvimento regional. Ocorre redução na participação da economia nordestina no setor da agricultura e aumento da participação nos segmentos produtivos urbanos (Tabela 4).

Nesse contexto, o setor industrial passa a ter um papel importante no crescimento e diversificação da economia urbana, contribuindo na expansão das atividades de serviços. A região especializou-se na produção de bens intermediários e de bens consumo duráveis, comercializados sobretudo para a região Centro-Sul.

Com a reestruturação da indústria de transformação, os ramos dinâmicos (minerais não metálicos, metalurgia, mecânica, material elétrico e de comunicações, material de transportes, papel e papelão, borracha, química e petroquímica, produtos farmacêuticos e veterinários, perfumaria, sabão e vela e produtos de matéria plástica) passam a predominar sobre os ramos tradicionais (produtos alimentares, bebidas, fumo, couros, peles e similares, têxtil, vestuário, calçados e artefatos de tecidos, madeira, mobiliário, editorial e gráfica e atividades de apoio e serviços industriais). A participação do valor de transformação industrial aumentou nos ramos dinâmicos; produção de bens intermediários; bens de capital e de consumo duráveis. A contribuição dos ramos tradicionais e de bens de consumo não-duráveis decresceu. Sendo assim, houve um aumento da participação dos produtos industrializados no valor das exportações do Nordeste (Tabela 5). No período de 1980-1993, a Balança Comercial fechou com saldos positivos, o setor industrial teve grande contribuição nas exportações (Tabela 6).

A SUDENE, entretanto, não logrou êxito na tentativa de eliminar o subdesenvolvimento urbano através da industrialização. Na realidade, ocorreu uma limitação de empregos, mas isso pode ser justificado, na medida em que essa industrialização exigia tecnologias modernas com pouca mão de obra qualificada e uso excessivo de equipamentos.

Conforme Francisco de Oliveira "A SUDENE de hoje é a vontade social do capitalismo monopolista e do Estado no Brasil, não encaixa mais os desejos populares"⁴

(4) Francisco de OLIVEIRA, Elegia para uma Re(li)gião, p.

CAPÍTULO II - "AS FALAS"

Nesta etapa do trabalho serão expostas as entrevistas. Vale salientar que as entrevistas realizados no Recife foram enviadas aos entrevistados para à revisão do texto. No entanto, não obtive respostas dos Srs. Jorge Santana e José da Silva, o que não invalidou a apresentação das mesmas no desenvolvimento deste trabalho, tendo sido, pois, preservado o teor das explarações. A seguir, a íntegra das respostas.

2.1 - Entrevistado : JORGE FERNANDO DE SANTANA
Função : Assessor do Superintendente
Período : 1966 até os dias atuais

Funcionário da SUDENE há vinte e oito anos. Geólogo por formação, com especialização em Planejamento Regional exercendo, também, a função de professor da Universidade Federal de Pernambuco no curso de Geologia, ministrando as disciplinas de Introdução ao Planejamento e Planejamento Regional. No momento é assessor do Superintendente da SUDENE.

" A constituição da SUDENE se deveu a um conjunto de fatores de natureza social, política, administrativa e econômica. Do ponto de vista econômico, na época da criação da SUDENE, havia total falência da base econômica histórica do Nordeste. Do ponto de vista social, a falência da base econômica acentuou a pobreza enorme e aviltante. Do ponto de vista político, havia o movimento das Ligas Camponesas, entre outros movimentos, umas delas liderada por Miguel Arraes e Francisco Julião. Do ponto de vista administrativo, os Governos Federal e Estaduais não tinham mais recursos para aplicar no Nordeste,

particularmente, no período marcado por uma grande sequência de secas rigorosas, então a pobreza administrativa também era muito séria. Isso não quer dizer que o Governo não aplicasse um volume até vultoso de recursos no Nordeste, significava apenas que havia uma dispersão muito grande, e, sobretudo por conta da emergência das secas, uma forma de atendimento fundamentalmente assistencial.

À época da criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, o Brasil vivia tempos de esperança. O Governo do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira mobilizava a Nação, com o intuito de edificar uma sociedade moderna, soberanamente engajada nos movimentos de avanço do Mundo Contemporâneo e internamente fortalecida pela integração dos seus muitos segmentos sócio-econômicos e espaços geográficos.

Cerca de trinta grupos de trabalho empenhavam-se em estudos e projetos, explícita e convergentemente voltados para a instauração definitiva de uma economia de mercado no País. Havia, por exemplo, os Grupos de Trabalho da Indústria Automobilística, da Indústria Siderúrgica, da Indústria Mecânica, da Indústria de Construção Naval, da Energia e da Construção da Nova Capital, entre dezenas de outros. De sorte que não foi difícil convencer o Presidente acerca da necessidade e, até mesmo, da urgência de um Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). O GTDN começou a funcionar em 1956 e culminou com um relatório extraordinariamente bem concebido, conciso e instigante, em 1959.

Foi exatamente dessa proposta do GTDN no sentido da mudança da base econômica e da produção de outro tipo de empresariado no Nordeste, combinando com a exigência de uma coordenação da ação de Governo, que acabou surgindo a proposta da SUDENE. A proposta da SUDENE foi formulada no começo de 1959, encaminhada ao Presidente da República, Juscelino Kubitschek, e apesar da presença maciça dos nordestinos em pontos chave do Congresso Nacional, só foi

aprovado, o projeto de lei de criação da SUDENE, em dezembro de 1959.

O diagnóstico do GTDN mostrou-se essencialmente correto. Tinha uma limitação fundamental, que era colocar toda ênfase na questão da economia e basicamente minimizar os aspectos sociais e os aspectos da organização da população regional para a luta e para mudança. No tocante a questão econômica, o diagnóstico é correto e pode se dizer que ainda hoje aquela visão espelha um momento realmente importante do Nordeste. No essencial, o GTDN compreendeu que não se pode continuar insistindo em resolver o problema do Nordeste a partir da resolução do problema rural, por conta da grande suscetibilidade do Nordeste às variações ecológicas, ou melhor, às variações climáticas, para ser mais preciso. Evidentemente, predominavam os interesses da oligarquia rural, que já tinha conquistado e capturado todos os outros organismos criados para promover mudança no Nordeste, a exemplo do DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e já estava a captura do BNB - Banco do Nordeste do Brasil, criado alguns anos antes. A solução seria escapar da fragilidade ecológica da agricultura, porque na época entendia-se que as condições naturais do Nordeste não seriam realmente favoráveis a uma agricultura de porte e também havia a necessidade de se fugir a vulnerabilidade da própria natureza dos produtos primários exportadores no Nordeste. Então, a saída do Nordeste deveria ser colocada em outro setor e não no setor agropecuário, daí a proposta de uma nova base econômica para o Nordeste, fundamentada essencialmente na industrialização. Isso consta explicitamente no texto do GTDN, dizendo que se a industrialização foi a saída para o Centro-Sul, no caso do Nordeste, também é a única saída.

Para se viabilizar essa industrialização, seria necessário fazer uma série de alterações no ambiente, criando facilidades para a implantação dessa indústria, por exemplo, seria necessário criar mudanças importantes nas faixas úmidas do Nordeste para uma agricultura que tornasse a remuneração real do trabalhador passivo e viabilizadora da indústria têxtil. Uma das propostas era racionalizar a ocupação da faixa semi-

árida tirando do semi-árido uma grande quantidade de população lançado para a quarta linha que seria a colonização das faixas de terras devolutas do Maranhão e no Sudeste baiano. Mas, o eixo mesmo seria a industrialização.

Em relação a limitação de mão de obra, na realidade é um projeto; e como todo projeto social tem que ter uma perspectiva de longo prazo. Costuma-se avaliar os processos e os resultados no Brasil sempre numa perspectiva muito estreita de curto prazo, então, se recorrermos à literatura econômica aprendemos que as sociedades desenvolvidas de hoje dependerão, no seu processo evolutivo do atendimento das suas condições básicas. A primeira condição é de que houvesse altas taxas de crescimento econômico, a segunda é que essas taxas fossem mantidas por um longo prazo e no estudo desse longo prazo encontra-se que o mais curto do longo prazo é o do Japão com oitenta anos. O processo era muito mais amplo, muito mais que oitenta anos. Outros países como França, Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha, todos vão além dos 100, 110, 115 anos. O crescimento sustentado que nós queremos ver sem nenhuma revolução, dentro de um modelo global, como o modelo brasileiro: não capitalista selvagem. Como nós sabemos que o Nordeste tivesse um prodígio de um desenvolvimento completo no período de 34 anos.

O que acontece é que exatamente o GTDN fez uma proposta, que a rigor, era para ser cumprida a longo prazo, tanto que quando a SUDENE se implantou o seu principal instrumento de trabalho eram os Planos Diretores. Os Planos se intitulavam em etapas e foram aprovados por lei no Congresso Nacional. Então, quando se implantou a SUDENE havia a clara consciência de que o processo demandaria muito tempo, longo prazo, tanto que os Planos tinham essas denominações. Quando se fala em primeiro Plano Diretor, tecnicamente era a Primeira Etapa do Plano Diretor, não eram vários Planos Diretores. O projeto da SUDENE era o grande Plano Diretor de desenvolvimento do Nordeste e que seria implementado através de diversas etapas. Em segundo lugar, é preciso distinguir que as condições do Brasil se alteraram profundamente, desde

a implantação da SUDENE, em 1959, mas logo, em 1964, aconteceu a reviravolta total. A SUDENE que tinha instrumentos importantes, amplos, ricos e densos, como Francisco de Oliveira insinua no livro "Elegia para uma Re(li)gião", de que a SUDENE era inviável desde sempre para sempre. Tamanho era a dotação de recursos é de poder, que não dava para segurar por muito tempo e que em algum momento iria explodir, pois outros órgãos não iriam aceitar.

Com o Golpe de 1964, começava a cortar a ligação da SUDENE com o Presidente da República. A SUDENE passava a ser deslocada para o MECOR - Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, criado pela Lei nº 4.344, de 21.06.64 que depois transformou-se em MINTER - Ministério do Interior, Decreto-Lei nº 200, de 25.02.67. Em 1967, a nova carta constitucional era outorgada pelos militares e o principal instrumento financeiro da SUDENE, que é uma dotação da Constituição de 1946, hoje é tomada com certa modéstia por conta da constitucional do Nordeste, o FME, mas no artigo 198 da Constituição de 1946 era destacado um percentual importante de 2%, mas tinha uma certa acumulação de toda a Receita Tributária da União, para constituir o chamado Fundo da Seca dos Estados do Norte, que no caso seriam os Estados do Nordeste. E este recurso era basicamente o núcleo quando a SUDENE foi constituída do Orçamento da autarquia. Quando a Constituição de 1967 foi outorgada, a proibição de toda vinculação de receita aboliu essa vinculação de 2% da receita tributária da União o fundo de auxílio ao Nordeste, na luta contra as secas. Só aí, a SUDENE perdeu um volume fantástico de recursos passando a competir nos Orçamentos anuais da União com todos os demais órgãos. Desta forma, um ano tem recursos, no outro já não; contenções e mais contenções incidem. Evidentemente, quando perdeu-se recursos, perdeu-se poder, e isso foi o principal motivo do esvaziamento da SUDENE, sem falar também dos recursos humanos. Na impossibilidade de manter um padrão de funcionários decentemente pagos, os mesmos tiveram que migrar para outras áreas, para outros órgãos federais que pagavam melhor ou para a iniciativa privada; isso

independentemente das perseguições políticas acabaram demitindo sem justa causa funcionários extraordinários em torno da SUDENE.

A SUDENE foi criada para viabilizar a ampliação do capitalismo no Brasil, estendendo do Sudeste para o Nordeste de uma vez por todas. Isso é que significa integrar o Nordeste, fazer o capitalismo chegar na região, porque o que se vivia não era rigorosamente um modo de produção capitalista: vingou-se o setor industrial, constituiu-se o sistema de incentivos que funcionou e se manteve até hoje, porque era um instrumento claro da introdução do capitalismo brasileiro no Nordeste.

Naquilo em que você não pôde contar com instrumentos adequados a esse modelo, as coisas efetivamente não caminharam porque as resistências foram enormes e, ainda hoje, no campo, você vai encontrar formas de produção não capitalistas como a parceria, a meação e, que até hoje não foi desenhado um mecanismo bom. O que se tenta é um projeto de irrigação, instrumento importante para fazer alguma mudança nessa estrutura, seja por dentro do setor público, seja agora como, por exemplo, nos projetos irrigados da iniciativa privada do Fundo do Investimento do Nordeste - FINOR, criado em 1974, pelo Decreto Lei nº 1.376, de 12.12.74.

Diz-se que um dos objetivos da criação da SUDENE era eliminar as disparidades regionais e que isso não aconteceu, em termos. Na verdade, o que nós temos hoje apesar das limitações e apesar do desenvolvimento do Nordeste ter contribuído fortemente para um desenvolvimento nacional, as estatísticas demonstram que uma das contribuições importantes da SUDENE foi desencalhar o parque industrial do Sudeste que tinha bens de capital sem saber onde colocar. O trabalho de Amélia Fonte sobre o Planejamento Regional da época da criação da SUDENE, deixou claro que quem realmente viabilizou a criação desse órgão foram os industriais do Sudeste mais até do que os nordestinos.

O sistema de incentivos administrados pela SUDENE, no início, eram apenas fiscais, previstos na lei de sua criação somente na discursão do Primeiro Plano Diretor. Na primeira etapa do Plano Diretor ocorre uma alteração da lei dos incentivos financeiros para o Nordeste, beneficiando tanto o capital internacional, como o setor agropecuário. Com a ampliação dos projetos o Nordeste comprava bens de capital no Sudeste pois a região não produzia bens de capital, além do mais, o Sudeste era protegido por toda a reserva de mercado, a indústria do Sudeste tinha reserva de mercado e o Nordeste nunca teve reserva de mercado. Desta forma, a redução de disparidades do Nordeste não foram maiores devido a contribuição da SUDENE no aceleração do crescimento da indústria e da economia do Sudeste e do Brasil como um todo. O esforço feito na região refletiu no crescimento da indústria do Sudeste e do Brasil no conjunto da economia nacional.

As estatísticas demonstram que a SUDENE ganhou participação no Produto Interno Bruto Nacional, um ganho de participação discreto, mas importante, sobretudo quando se leva em conta essa drenagem de resultados e efeitos para a economia mais dinâmica. Pode-se dizer que até do ponto de vista social houveram conquistas importantes. Os estudos realizados no PIMES - Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco mostram que o Nordeste possuía uma renda per capita de US\$ 300 em 1960, e hoje, tem cerca de US\$ 1300. Isto demonstrou que houve um crescimento importante em termos de renda per capita e uma redução relativa do número de pobres no conjunto da população, antes eram mais de 60% e hoje, está em cerca de 30% de pobres. O que aconteceu que o número absoluto era maior e é isso que assusta. Estudos realizados pelo IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas mostram que atualmente o contingente de indigentes no Nordeste é de 17 milhões, seria estatisticamente e relativamente menor do que o número relativo do que se tinha em 1960, então até do ponto de vista social, onde as conquistas são menos aparentes houveram alguns avanços, não que isso seja satisfatório; a meta seria a apresentação de uma população do Nordeste não faminta e saudável.

Ainda do ponto de vista social, o número de cidades abastecidas com água tratável deve-se muito a contribuição da SUDENE, porque durante muitos anos foi o órgão técnico do PLANASA - Plano Nacional de Saneamento que deu sustentação técnica para a implantação do sistema de abastecimento d'água. Desta forma, o número de cidades hoje abastecidas no Nordeste é tão grande, o número de escola equipadas, o número de oportunidades de ensino se for medido através de vagas, mudou radicalmente. Durante muito tempo a SUDENE desempenhou um papel fundamental neste campo, reequipou Universidades e criou centros nas Universidades. Quando a SUDENE foi criada não havia curso de Economia na maior parte dos Estados do Nordeste. Havia uns arremedos de Economia e quando havia curso de Economia, não tinha cadeira de Projetos. Foi a SUDENE que levou seus técnicos para implantar nas Universidades cursos de Projetos, treinamento de uma equipe, equipou escolas técnicas; criou uma base crítica importante, bem como contribuiu para melhorar o padrão dos Estados, que tinham uma fragilidade administrativa muito grande. A SUDENE contribuiu para melhorar Secretarias e Administração, criando em alguns Estados Secretarias de Planejamento, melhorou as Secretarias de Saúde, de Educação e de Saneamento.

Na Bahia, por volta de 1967, quando foi criada a Secretária de Saneamento, o Diretor de Saneamento da SUDENE foi comandar, na Bahia, a Secretaria de Saneamento, implantando o projeto de saneamento do Estado. Este sistema viário que o Nordeste possui praticamente foi desenho das equipes técnicas da SUDENE, a implantação não. O Ministro Mário Andreazza vangloriava-se, inclusive, de ter tomado e implantado o plano viário traçado pela SUDENE.

A SUDENE também ajudou a reequipar o Nordeste com recursos que ela captou junto ao USAID , o DNER (Departamento Nacional de Estrada e Rodagem), conseguiu implantar um sistema rodoviário moderno no Nordeste. O relacionamento do pessoal da SUDENE com a

USAID foi um relacionamento traumático porque este queria não somente trazer apoio financeiro, mas também impor concepções, tentando influir no campo educacional. Na época houve uma resistência muito importante pela SUDENE que preferiu em muitos casos recusar o apoio financeiro a submeter-se as exigências peculiares da USAID.

O Estado investiu na indústria muito parcamente, somente a USIBA - Usina Siderúrgica da Bahia, foi realmente um investimento estatal e enfrentou dificuldades imensas para ser operacionalizada, e hoje está privatizada. As outras intervenções do Estado na industrialização do Nordeste deram-se através dos incentivos ou basicamente através do apoio da PETROBRÁS. Concretamente, em algumas das unidades do Pólo Petroquímico de Camaçari e depois, já tardiamente, por via do Vale do Rio Doce, no Maranhão, por conta do projeto Carajás. Houve também o caso da ALCAN que não teve muito resultado no Nordeste. São essas as experiências mais significativas das estatais. No mais, a intervenção do Estado na industrialização do Nordeste deu-se através destes incentivos; e essa é uma forma inteligente de fazer a privatização do Estado. Veio tomar uma posição muito forte, sem ele dificilmente teríamos a industrialização no Nordeste e não se pode acusar de tê-la feito de forma estatizante na indústria, ao contrário, foi um processo realizado através da iniciativa privada com uma participação importante do Estado, via incentivos.

Para a agricultura, tentou-se uma fonte importante que eram os incentivos à agroindústria, inclusive programas específicos de incentivos estimulando a agroindústria regional. Investiu-se bastante em projetos de irrigação, através do setor público CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, criado em 1945 - Datado em 1909, surgiu como IOCS - Inspetoria de Obras Contra as Secas e através da iniciativa privada, via também, incentivos fiscais. A SUDENE foi pioneira dos investimentos tanto na agricultura como na agroindústria, aproveitando os frutos da irrigação do Vale do São Francisco em áreas onde nem mesmo o Banco do Nordeste do Brasil

(BNB), constituído em 1952 que era um Banco de Desenvolvimento, teve coragem de investir; foi a SUDENE que correu um risco grande incentivando não só a irrigação, como a agro-indústria. Mas, evidentemente que a agricultura supõe algumas condições, como, por exemplo, água e solo. A SUDENE investiu durante mais de 25 anos pesadamente no conhecimento dos recursos naturais do Nordeste, dificilmente uma região brasileira tinha um sistema que o Nordeste possuía, isso através de um dos seus Departamento de Recursos Naturais, atualmente transformado em Departamento de Planejamento de Recursos Naturais. A SUDENE investiu na estrutura geológica do Nordeste, na estrutura hidrológica, em estudos de solos, estudos de vegetação, estudos de recursos pesqueiros, montagem da rede de hidrometeorologia, rede pluviométrica e rede hidrométrica com apoio dos alemães, que ajudaram muito na montagem desta rede. E a SUDENE chegou a fazer o levantamento sistemático dos solos da região, isso é um investimento de peso, investimento de longo prazo. Numa extensão territorial de 1.661.012 Km² não se faz um trabalho desses em pouco tempo, então quando se tem esse levantamento e, agora pode-se dizer que em tais lugares, pode-se fazer um aproveitamento agrícola com segurança, porque tem solo de tais tipos e tem recursos hídricos subterrâneos e superficiais, onde estão mapeados.

Com a fase de recessão da Economia e a conseqüente contenção de gastos públicos quem paga é exatamente a região mais fraca. Recentemente, mais ou menos 7 a 8 anos para cá, a gente vem pensando para conseguir recursos para fazer investimentos maciços nas áreas onde sabemos que podem dar bons resultados agrícolas e, não há mais recursos para fazer pesquisas de desenvolvimento.

Para se ter uma idéia, a extensão do Nordeste é praticamente a mesma do Irã, que é um país que possui petróleo abundante, porém está na miséria e enfrentando dificuldades. O Nordeste, sem petróleo, sem a riqueza, sem o potencial que é o petróleo, tem solos bons; hoje identificamos que praticamente 50% da área total do Nordeste tem condições de agricultura, só que estas condições variam demais, só

temos praticamente 2% no Nordeste dos chamados solos de boa aptidão, 50% aproximadamente de regular aptidão e 48% de aptidão restrita; isso dentro do 50% no Nordeste que tem aptidão para agricultura. Mas, é claro que se tem 50%, são 80 milhões de hectares que poderiam fazer agricultura. Agora temos certeza disso, mas é muito dinheiro que precisa-se para essa área tornar-se aproveitável, aproveitamento de larga extensão. O levantamento durou cerca de 25 anos para completar e ainda no chamado nível sistemático, agora é preciso descer e fazer levantamento de profundidade nas áreas identificadas como de maior potencial. A EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária agora vem apresentando um mapeamento muito rico, muito detalhado, baseado nas informações que basicamente a SUDENE fez diretamente ou contribuiu para que essas fossem conhecidas. Então, fala-se muito no que podia ter sido feito na agricultura. Fazer algo na agricultura, é preciso recursos humanos para realizar uma agricultura moderna, não é qualquer agricultor, sem cultura, sem informação que pode fazer essa modernização, e mais, a SUDENE nunca foi incumbida do papel de fazer tudo. Basicamente, o financiamento da agricultura é bancário e raramente houve crédito para se fazer um desenvolvimento agrícola. Os grandes programas que a SUDENE ajudou a elaborar para o desenvolvimento agrícola, por exemplo, o POLONORDESTE - Programas de Áreas Integradas do Nordeste (Absorvido em 1985, pelo Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PAPP. Criado pelo Decreto nº 74.794/74), Projeto Sertanejo de desenvolvimento da região semi-árida (Absorvido em 1985, pelo PAPP. Criado pelo Decreto nº 78.299/76) e PROCANOR - Apoio às populações pobres das zonas canavieiras do Nordeste (Absorvido em 1985, pelo PAPP. Criado pelo Decreto nº 84.096/79), o PROAGRIN que era o Programa da Agroindústria do Nordeste; o PROINE era o Programa de Irrigação do Nordeste criado na época de Sarney. Esses Programas fundamentais tinham um componente essencial que era o financiamento da produção agrícola de crédito. Os Bancos oficiais nunca reservaram crédito suficiente para os agricultores do Nordeste, desta forma você investia em segmento chamado de "Fundo Perdido", criando pré-condições para que esses programas dessem resultados. Mas, quando se chegava na vez

de se fazer um investimento diretamente produtivo faltava exatamente a essência; e a essência era exatamente o crédito rural que viria do BNB e do Banco do Brasil. Nunca houveram recursos suficientes para se fazer isso. Não se pode, a rigor, acusar a SUDENE por não ter feito o trabalho porque ela criou basicamente as pré condições, mas não teve o complemento de outros órgãos que deveriam contribuir. Em segundo lugar, também não se pode acusar a política, ou o projeto de estar errado, porque o projeto tinha uma concepção abrangente, mas a implementação sofreu muitos percalços, muitos empecilhos e estes não decorreram nem da má vontade sequer da parte de decisão e sim da mudança da política. Ora tem-se recursos, ora não; ora tem-se vontade política, ora não .

Acreditou-se muito no mercado interno regional, mas ele nunca foi uma perspectiva exclusiva ou excludente. Na verdade, pensava-se numa proposta do GTDN, da criação de um parque manufatureiro autônomo no Nordeste e quando lê-se este autônomo dá-se a impressão, a primeira vista, de que se tratava de uma economia fechada. Isso não é verdade, porque numa das conferências de Celso Furtado, ele descrevia claramente o processo de Integração Nacional. Exatamente esse processo que criou dificuldades para que a economia do Nordeste pudesse responder aos anseios da população. Com a criação da SUDENE o que se queria não era fechar o Nordeste a essa integração, ao contrário, era exatamente viabilizá-la, tirando partido. O sentido de autonomia que Celso Furtado esclareceu posteriormente, consistia na criação de um parque manufatureiro no Nordeste, integrado, era um sistema industrial no Nordeste e não unidades industriais isoladas. Tanto que você tem um sistema integrado regional, onde você tem bens de capital, bens intermediários, bens finais duráveis, bens finais não duráveis. Tinha-se, então, uma economia realmente puxante com reflexos na organização da sociedade. Atualmente, o forte da economia nordestina é a produção de bens intermediários, possuindo dois componentes: primeiro, é intensivo em capital, obrigatoriamente; segundo, por ser intensivo em capital ela descarta muito a mão de obra e seu custo é muito alto.

No dia em que nós conseguirmos completar essa base criada de industrialização e podermos montar essa indústria produtora de bens finais, nós vamos ampliar a produtividade de trabalho para a população do Nordeste, já que, as indústrias de bens finais são menos exigentes, em princípio, em capital e mais absorvedoras de mão de obra. Desta forma, não somente integrariamos mais a indústria regional, como criariam oportunidades de trabalho para absorver a própria mão de obra disponível do Nordeste. Esse era o sonho do início quando se falava em parque manufatureiro autônomo, não a industrialização fechada para um mercado interno, mas uma industrialização sistemática construindo um nível de integração tão rico que pudesse se espalhar, especialmente, na ocupação melhor do território regional. Socialmente, criaria benefícios para a absorção da mão de obra e uma sustentação para toda a economia no Nordeste.

A alternativa para a SUDENE hoje, é restringir o seu campo de atuação. A SUDENE é vista, equivocadamente, como órgão criado para fazer tudo e esse é um erro de perspectiva tanto para quem tenta avaliar a SUDENE quanto para quem a gerencia sem especializá-la em determinados segmentos. A experiência já mostrou que a SUDENE só pode ser um órgão não ordinário de Governo. Ou seja, aquele que não segue as linhas tradicionais de Governo: então, se tem que fazer educação no Brasil todo, então tem que fazer no Nordeste; tem que fazer infra-estrutura econômica no Brasil todo, estradas, telecomunicações, então tem que fazer também no Nordeste. Esse segmento de educação, saúde, infra-estrutura econômica, existem órgãos correspondentes na atuação desses setores que nós consideramos órgãos ordinários. O papel da SUDENE é fazer algo mais no Nordeste, só pode funcionar como órgão importante na medida que ele tem clareza sobre qual é esse algo mais que precisa fazer.

O que precisamos fazer no Nordeste é uma indústria integrada, completa e moderna na região. Precisamos modernizar a agricultura no Nordeste, introduzir de uma vez por toda a agricultura capitalista na

região e modernizar sua versão camponesa, criar uma agricultura camponesa decente e não essa agricultura miserável, semi-mercantil, sem nenhum apoio, que é uma agricultura de pura subsistência e não aguenta dez dias de seca, dez dias de irregularidade climática.

Temos que atribuir um papel claro, temos que atribuir mecanismos não ordinários. A SUDENE é um órgão não ordinário porque não vai competir com a educação e portanto não se deve cobrar da SUDENE; a SUDENE não faz educação isto é papel do Ministério da Educação. Porque a SUDENE vai substituir esse Ministério? O nordestino está sem saúde, o Ministério de Saúde atua no Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, e no Maranhão ele não atua. Porque é a SUDENE que vai desempenhar esse papel? Isso é um grande equívoco, e muitas pessoas julgam, avaliam a SUDENE como se ela devesse substituir os órgãos ordinários do Governo Federal. Quando o papel da SUDENE é fazer exatamente o que se encontra hoje no Nordeste. Existe uma indústria no Nordeste? Essa indústria deve-se basicamente a SUDENE, nesse ponto ela cumpriu o seu papel não ordinário. Em relação com a agricultura não fez o mesmo, pois não teve instrumentos. Quando fez toda a primeira parte que era o conhecimento da base de recursos naturais para fazer uma agricultura integrada, em determinado ponto, a SUDENE não tinha mais recursos. Se fizermos uma avaliação séria da SUDENE, constatamos que é um órgão que realiza coisas não ordinárias, porque o ordinário é feito pela estrutura ordinária do Governo.

Então, a SUDENE precisa ter instrumentos não ordinários, tem que ter um orçamento importante, próprio, ou seja, uma dotação de recursos para poder agir.

A alternativa para a SUDENE hoje, é que tenha clareza sobre o seu papel não ordinário e para isso tem que possuir instrumentos não ordinários, tendo um prazo definido.

A SUDENE sofreu muitas alterações nas suas atribuições. Surpreendentemente, ao invés de ter sofrido restrições ou limitações ampliaram-se e teve restrições dos recursos, por isso encontrou dificuldades de cumprir o seu papel mais explicitamente. A SUDENE perdeu recursos financeiros, recursos humanos e, no entanto criou-se formalmente ou informalmente uma expectativa muito ambiciosa, relativamente ao que ela podia fazer. Quando hoje se ouve falar de resultados precários da SUDENE, que não produziu o desenvolvimento do Nordeste, não leva-se em conta o seguinte: durante os primeiros trinta anos de SUDENE (atualmente fará, trinta e cinco anos em dezembro), passaram pela SUDENE mais do que US\$ 20 bilhões, na realização de infra-estrutura física, estradas, energia elétrica, etc. A SUDENE financiou e foi avalista em algumas das Usinas Hidroelétricas que a CHESF (Companhia Hidroelétrica do São Francisco, fundada em 1945) construiu, por exemplo. Durante muitos anos se descontava do orçamento da SUDENE a parcela da dívida que tinha contraído para construir Paulo Afonso IV. Parte das rodovias no Nordeste, a Usina inteira da Hidroelétrica de Boa Esperança foi construída pela SUDENE, criou-se também a Companhia COHEBE (Companhia Hidroelétrica da Boa Esperança, criada em 1962) para fazer uma Hidroelétrica para fornecer energia para o Maranhão e Piauí. Quando ela surgiu estava profundamente deficiente e a CHESF não tinha condições de fazer a energia de Paulo Afonso chegar na região. Atualmente, a COHEBE está integrada ao sistema CHESF, mas foi a SUDENE que construiu, que criou uma unidade administrativa, uma empresa que era a COHEBE, e esta construiu a Hidroelétrica. A SUDENE criou uma Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste - CERNE; Companhia de Abastecimento do Nordeste Sociedade Anônima - CANESA; a primeira Central de Abastecimento do Brasil - ACARIM, era a Central de Abastecimento do Recife. Todo um sistema foi concebido de grandes centrais de abastecimento para as capitais e de centros de abastecimento para os pólos interioranos. Tinha o objetivo de quebrar o poder e a cadeia dos intermediários. Pensava-se em beneficiar o consumidor final com produtos agrícolas a preços razoáveis e de boa qualidade, beneficiando também o produtor que era estrangulado pelos

intermediários e que pagavam barato e depois cobravam caro ao consumidor final. Então se pensou num sistema de centrais de abastecimento e de centros de abastecimento. As centrais nas capitais que eram muito grandes e os centros, nos centros, por exemplo, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Caruaru, Campina Grande, teriam centros de abastecimento. A CANESA, também recebeu recursos do orçamento da SUDENE. A SUDENE construiu também, uma Companhia de Pesca, PENESA - Pesca do Nordeste Sociedade Anônima; criou uma Companhia de Água e de Esgoto do Nordeste - CAENE, antecedeu ao sistema financeiro de saneamento. Criou todo esse aparato e com isso, gastou-se muitos recursos, sem falar no estudo de recursos naturais: pagamento de técnicos, montagem de equipamentos (rede de pluviometria, rede de hidrometria para medir o nível dos rios), pesquisa geológica, entre outros. É preciso registrar que quando a SUDENE recebia esse volume de recursos, muitos dos órgãos federais que iriam atuar no Nordeste retiravam a parcela na região. Então, o órgão que iria atuar no Brasil inteiro, tirava a sua fatia do Nordeste. Os recursos que a SUDENE recebia e que deveriam ser incremental, aditiva, adicional ao que os órgãos federais iriam colocar no Nordeste passavam a serem substitutivos dos recursos desses órgãos. Na verdade, aplicava-se atribuições e diminuía-se os recursos. Como a SUDENE poderia responder a contento?

O que se fez na SUDENE foi muito heroísmo e seriedade dos companheiros, para se ter o que ainda temos hoje. Boa parte disso, deveu-se a centralização do poder político, com a revolução do golpe de 1964. Na época da criação da SUDENE, os Governadores foram chamados para participarem do projeto. Como quem tinha mais recursos era a União, então o Conselho Deliberativo da SUDENE tinha predominância dos órgãos da União. Mas, como era preciso legitimação para as ações que iriam ser realizadas foram convidados os Estados do Nordeste, através de seus Governadores que participaram do seu Conselho. O Conselho da SUDENE deu a esse órgão a transcendência, um modelo político, a Secretaria Executiva ligada diretamente ao Presidente da República. Celso Furtado, dizia: muitas pessoas que

pensam que o poder do Superintendente da SUDENE vinha da ligação direta que ele tinha com o Presidente da República. Não é isso que dizia do respaldo político que ele tinha do Conselho Deliberativo, e quem dava esse respaldo político era a presença dos Governadores eleitos diretamente pelo povo. Então, quando o Presidente da República precisava decidir uma Política Nacional que contrariasse os interesses dos Nordeste, que fazia ele? Reunia o Conselho Deliberativo e o mesmo tinha um poder político, que frequentemente levava o Presidente da República a alterar a Política Nacional que é ao contrário dos interesses do Nordeste. Quando houve o Golpe de 64, os Governadores passaram a ser indicados indiretamente, praticamente eram representantes do Governo Federal. Esses Governadores perderam muito dessa autonomia para reagir a prepotência do poder Federal, passou-se a fazer no Nordeste através da SUDENE basicamente o que o Poder Central achava que poderia ser feito. A grande esperança era que com a retomada da democracia, da democratização do país, a partir de 1986, com os Governadores diretamente eleitos, a SUDENE tivesse um revigoramento político. Porém o desenvolvimento do Nordeste já tinha produzido efeitos e ao produzi-los gerava um efeito perverso que foi a disparidade inter-regional. Alguns dos Estados tinham crescido mais que outros e esses que tinham crescido mais, não estavam dispostos a fazer sacrifícios para que os outros crescessem e os alcançassem. Então os Governadores olhavam com desconfianças as propostas da SUDENE, que eram propostas de equalização do desenvolvimento interno do Nordeste. Durante todo processo autocrático, foram criadas, ou tinham sido criados mecanismos de vinculação direta com o Poder Central, os Governadores preferiram se valer desse mecanismo direto de relacionamente a vir a criar através da SUDENE um poder forte, democrático, transparente de decisão das coisas para o Nordeste e da distribuição dos programas e projetos e recursos pelo Estados do Nordeste. Os Estados que se consideravam fortes, diziam não, em vez de discutir se iam ou não ter uma refinaria no Nordeste. A proposta da SUDENE era que o Nordeste deveria ter uma refinaria, uma siderurgia, uma montadora, não mais que isso. Isso causou desavença entre os Estados, uma vez que o Ceará queria a montadora, siderúrgica e a

refinaria. Assim também os demais Estados. Ao invés de se unirem em torno da proposta da SUDENE, os Estados começaram a objetivar seus interesses individuais enfraquecendo assim essa proposta. Então, foi por conta desses motivos que quando se fez um Governador diretamente eleito, não se conseguiu mais voltar a ter o que no começo havia, que era uma coesão. No início os Estados do Nordeste estavam enfraquecidos, desta forma foi possível a união. Atualmente, é muito difícil retomar essa coesão.

A industrialização do Nordeste foi muito importante, mas parcial. O que é preciso hoje é consolidar a indústria regional complementando a matriz industrial, ou seja, temos hoje um Pólo Petroquímico de Camaçari, Pólo Cloroquímico de Alagoas, Complexo Industrial de Base no Sergipe, Complexo Mineral do São Luís do Maranhão, tem o chamado Complexo Industrial Diversificado do Ceará. Então, é necessário que a matriz desses Complexos sejam completadas nos segmentos realmente de maiores efeitos para frente ou para trás, e sobretudo completar a matriz desses Complexos pela saída dos segmentos de produtores de bens finais, sejam eles, duráveis ou não. Desta forma, consolidaria a industrialização do Nordeste. A SUDENE conseguiu durante esses trinta e quatro anos colocar a base da industrialização e está muito bem posta. Tudo o que é preciso fazer é construir o sistema sobre essa base. Existem algumas brechas ainda na base e é preciso completá-las. Mas, sobretudo colocar essa construção no Nordeste numa forma clara. E, é exatamente essa construção que exige menos capital e emprego. O Nordeste pode ter um desafogo para a sociedade regional. Essa industrialização posta nestes termos cria sustentáculos com a agricultura e com a agroindústria, podendo ter um papel multiplicador muito forte.

Com a abertura, provavelmente fique até mais fácil que a industrialização do Nordeste se consolide, se firme. Praticamente não existe mais reservas de mercado, então o Nordeste pode comprar no exterior equipamentos, bens de capital mais duráveis e mais baratos, de melhor qualidade, melhor investimento do que o Nordeste comprar no

Sudeste, criando portanto um tipo de indústria no Nordeste mais competitiva. Para isso é preciso que hajam mecanismos e os mecanismos que a SUDENE tem são extremamente precários. Por exemplo, o Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR é um mecanismo esgotado, tem um déficit acumulado de US\$ 3 bilhões ; mesmo que se passem dez anos sem aprovação de um único projeto não consegue liquidar, superar o déficit. É preciso outros mecanismos, não basta somente esse.

O turismo é uma saída para o Nordeste, não somente importante, como viável. O turismo no Nordeste é uma iniciativa felicíssima e que pode ajudar a região para ter um desafogo nos próximos anos. Sabemos que não podemos esperar um desenvolvimento exponencial da indústria, nem mesmo da agricultura, desta forma, o que vai sobrar é para o setor de serviços. Isso é uma tendência do mundo inteiro. Um setor de serviços produtivo, moderno, que absorva esses contingentes grandes de mão de obra, com uma remuneração decente. O turismo desempenha esse papel, a flexibilidade dele e a condição concreta e real do Nordeste. As condições naturais e culturais do Nordeste favorecem um turismo de larga escala, tudo que é preciso ter é muita consciência da importância do turismo e muita procura de decisão política.

Em termo de fruticultura é evidente a prática desse tipo de agricultura no Nordeste. Se existe uma área do Brasil onde a fruticultura tropical pode dar certo é exatamente no Nordeste. Em suma, há possibilidade de se criar uma saída muito importante, viável, para os próximos anos.

O Nordeste não é uma região inviável, pode ser uma região pobre, porque não tem merecido atenção do Governo. Se fala muito que o Nordeste recebe mundos e fundos, entretanto as estatísticas demonstram que nos últimos anos o Nordeste tem recebido 8,5% das despesas totais do país, o Sudeste cerca de 54% das despesas governamentais federais, o Centro-Oeste 27%, o Sul 8% e o Norte 3%. Em termos de incentivos, o Norte, por conta da SUTRAMA, tem 38% dos incentivos nacionais, o Sudeste tem 45%, o Sul tem 5% e o Nordeste em torno de 10%, e isso é

muito? Em termos de aplicação dos bancos, o Banco do Brasil tem aplicado 9% em média no Nordeste, 29% no Sudeste e 43% no Sul. O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), aplicou 44% no Sudeste, 16% no Nordeste, 22% no Sul, 13,5% no Centro-Oeste, Goiás, Mato Grosso. Na verdade, é até prodígio o que a SUDENE está fazendo no Nordeste.

A SUDENE tem que se especializar, assumir exclusivamente o seu papel e ação não ordinário, naturalmente articulada com as ações ordinárias do Governo, para que não ocorra o que se deu da outra vez.

O Nordeste não está precisando de uma extinção da SUDENE. Está precisando de uma grande ação articuladora do Governo, e sobretudo uma ação implementadora de programas não ordinários de Governo em áreas chaves no Nordeste. Quanto a questão da CPI, há um equívoco grosseiro da parte do Senador Bisol; em todo o caso é preciso avaliar o relatório da Comissão, se ele acha correto que a extinção da SUDENE poderia ser uma solução. Até porque se o Sr. Bisol for coerente, ele também teria que propor a extinção do Congresso, já que ele comprovou a corrupção a tempo : corrupção do orçamento, banditismo, drogas, etc. Tanto que alguns dos componentes foram julgados e condenados e outros não foram julgados, porque nós sabemos que há um cooperativismo muito forte. Então há corruptos e há corrupção lá também. Se há a tese de extinguir a SUDENE porque identifica a corrupção, então temos que extinguir o Congresso, o Judiciário, o Executivo. Então como fica a Nação ?

Essa questão da corrupção do FINOR não se conseguiu identificar claramente quem estava envolvido. Quando a SUDENE identificou funcionários, demitiu, exonerou ou deslocou da área a depender da gravidade da denúncia e da comprovação. Mas, se diz muito da SUDENE e nunca se teve coragem de apresentar e denunciar. Quando se denunciou, como foi feita no Rio Grande do Norte, o Superintendente chamou-me para fazer essa denúncia junto ao Procurador Geral. Por sua

vez, o Superintendente alegou que não poderia comparecer por motivo de ameaça. Desta forma fica difícil apurar a verdade.

Não é necessário a constituição de outro organismo para o desenvolvimento da região. A menos que o Governo não queira modernizar a SUDENE. Se o Governo não quiser modernizar a SUDENE, como em tese continua o Nordeste precisando de uma estância articuladora, relações do Governo, que vão cuidar de fazer ações extraordinárias, teriam que criar outro organismo. Mas para que criar outro organismo, se é possível modernizar a SUDENE, dar condições concretas para se trabalhar, então não é necessário a criação de outro organismo. É necessário dar condições concretas e dar atribuições claras e precisas a SUDENE, para que se possa desempenhar o seu papel.

O modelo de planejamento da SUDENE não está esgotado, o modelo foi implantado parcialmente, e como tudo que é parcial, os resultados e as pessoas avaliam mais pelas fragilidades do que pela importância que representam. Na verdade não é que o modelo faliu, esteja ultrapassado. O modelo de intervenção que tem articulada todas as ações e concentra-se nas ações extraordinárias está correto. O que é preciso é uma limpeza na SUDENE, dar atribuições mais claras, instrumentos precisos, e de vulto e o Presidente da República tomar a si a questão do Nordeste como prioridade. A lei da criação da SUDENE diz que a SUDENE é autônoma administrativamente e é ligada diretamente ao Presidente da República, não diz que é ligada a Presidência da República, por que o Presidente tinha dito, o Nordeste é prioridade no meu Governo e se é prioridade é comigo que tem que resolver os seus problemas. Com esse nível de coerência não precisa se criar outro organismo, se o Presidente assumir e disser que o Nordeste é sua prioridade."

2.2 - Entrevistado : EDMILSON CARVALHO
Função : Chefe da Divisão de Análise Econômica
Período : 1962 a 1972

Com formação em Arquitetura, quando terminou o curso foi para a SUDENE onde fez o TDF, que era o curso de desenvolvimento da CEPAL. Fez um outro curso de planificação econômica, também na CEPAL, sendo aluno de Conceição Tavares, Celso Furtado, Antonio Castro, entre outros. O primeiro curso foi em 1963, o segundo em 1968. Entrou na SUDENE em 1962, trabalhou durante 10 anos nesse órgão. Inicialmente, trabalhou no Departamento de Recursos Humanos, depois foi chefiar a Divisão de Análise Econômica, na antiga Assessoria Técnica.

Ministrou cursos da SUDENE em todos os Estados do Nordeste. Escreveu alguns artigos na revista Boletim da SUDENE (e, depois, em jornais, etc).

Com sua saída da SUDENE, ainda manteve uma atividade ligada a este órgão, no qual foram promovidos cursos pelo Ministério da Agricultura. Trabalhou depois na SEPLANTEC; ensinou na Universidade Federal da Bahia, sendo professor de arquitetura; na Universidade Católica do Salvador - UCSAL, lecionou a disciplina Formação Econômica do Brasil.

Atualmente é aposentado do Estado e está prestando serviços na área de Consultoria.

"Considero inviável um organismo de Planejamento Regional, atualmente. Essa discussão, tive com Rômulo Almeida, quando este era vivo, por ocasião de um curso em Salvador na Faculdade de Arquitetura. Na qualidade de coordenador do curso, sendo Rômulo Almeida um dos palestrantes, Rômulo considerava viável um órgão de planejamento regional, acreditando na necessidade de recuperação da SUDENE. Penso que a questão de se delimitar uma região para efeito de planejamento, como era o caso da SUDENE, tinha muito a ver com a necessidade de descentralizar o capital que estava acumulado basicamente no Centro-Sul. Então, para poder viabilizar o processo de descentralização espacial da acumulação, precisava-se montar um sistema de incentivos fiscais e de planejamento. Além dessa centralização de capitais havia um sistema de proteção da economia nacional em cima desses incentivos fiscais, dos subsídios e proteção do mercado para favorecer a indústria nacional. Essas necessidades desapareceram uma vez que o capital descentralizou-se. Saiu do Centro-Sul, ganhou espaço no Nordeste em cima dos incentivos antigamente conhecidos como 34/18. Ele já aportou no Nordeste e mais tarde com a Zona Franca, com a SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. A necessidade desapareceu, não se precisa mais selecionar uma área, porque o próprio capital uma vez que já se encontra alocado em um espaço nacional e agora tem outro tipo de movimento de incentivo, não precisa daquela delimitação específica. Então, é por isso que a SUDENE se esvaziou e, não é por acaso. Hoje é um órgão estiolado, como foi antes dele o DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, como tende a ser o BNB - Banco do Nordeste do Brasil, que por sinal está nas últimas, estão discutindo inclusive o desaparecimento do BNB. Atualmente, o Banco é puramente comercial, já perdeu o papel de Banco Desenvolventista e a tendência dele é essa. Quer dizer, como no Brasil não deixamos órgãos quando perdem a necessidade histórica, eles ficam como órgãos

burocráticos, como é o caso do DNOCS, como outros tantos por aí. O DNOCS não tem papel relevante, aliás não tem papel nenhum. São órgãos que ficam apenas como cabides de empregos, a SUDENE está enquadrada nesse contexto. Não tem mais sentido esse tipo de coisa.

A SUDENE foi necessária naquela época, porque já se tinha uma estrutura de capital montada no Centro-Sul, já havia alcançado uma certa autonomia. Sendo assim, precisava sair do Centro-Sul e ganhar espaço nacional, inclusive já havia esse fluxo de capital para o Nordeste, mas era lento, desorganizado, não sistemático. Com os incentivos administrados pela SUDENE, com toda aquela política de planejamento, esse fluxo não só cresceu, como foi ordenado. Uma vez passada essa necessidade a SUDENE perdeu a sua função, não tem mais esse papel, e não é por acaso que vem se arrastando. Quando estava na SUDENE, eu já sentia que o órgão estava esgotado. Inclusive foi feito um documento para o Antigo Mercado Comum Europeu, com minha participação e de outros profissionais como : Tania Bacelar, Luis Fernando e Carlos Miranda, discutia-se o esgotamento da SUDENE. Naquela época levantei essa tese e os companheiros de trabalho eram contra. O pessoal da SUDENE tem um espírito de corpo muito forte, ainda sonha com o documento do GTDN - Grupo de Trabalho do Desenvolvimento do Nordeste, é incrível como a sociedade se desenvolve e eles ficam naquilo. O pessoal ainda fala em retomar o documento do GTDN, naquela nostalgia, não entende que aquele documento foi um marco num determinado momento e que ele deixou de existir, reeditar o documento hoje é absurdo, não tem mais sentido. O documento do GTDN coloca a necessidade de criar um sistema de planejamento de incentivos fiscais e fortalecer a agricultura. Então, era a tese cepalina, a indústria era o motor de desenvolvimento, em função da indústria tinha que se buscar força de trabalho de baixo custo de reprodução e para mantê-la precisava de alimentos baratos. Portanto, para aumentar a produção de alimentos havia a necessidade de se fazer a reforma agrária. Seriam realizados projetos de colonização do Maranhão, projeto na Bahia, fortalecer a agricultura do agreste, do

sertão, fazer a reforma agrária. Tudo isso estava no bojo de um projeto de incentivos fiscais da indústria.

A indústria veio no Nordeste de uma forma ou de outra, não como se pensava. A reforma agrária não foi realizada, porque não tem sentido dentro da lógica do capital, ela não é uma necessidade, a própria acumulação rege os meios de se reformar ou de se ajustar.

O diagnóstico do GTDN para a época, era essencialmente correto. Do ponto de vista do processo de centralização do capital, era, na estrutura geral do Brasil correto. No Centro-Sul do país encontrava-se o parque industrial brasileiro, basicamente montado em São Paulo, esse capital acumulado estava precisando expandir-se, descentralizar-se espacialmente para centralizar-se socialmente, já havia esse fluxo para o Nordeste. Então o diagnóstico do GTDN indica esse processo para o Nordeste e propõe a sua viabilidade. Nessa visão central o GTDN estava correto, no que ele realiza: assistência aos Estados; a Universidades; os incentivos 34/18 em cima do imposto de renda; o fundo de desenvolvimento do 34/18 no BNB, em Fortaleza. O planejamento administrado pela SUDENE funcionou, o que não funcionou foram as atividades suportes a agricultura. O projeto de colonização no Maranhão, cuja finalidade era produzir alimentos em grande quantidade, para suprir os centros urbanos e baratear o custo de reprodução da força de trabalho, não funcionou, foi um fracasso retumbante, e previa-se um projeto igual na Bahia, que não chegou a ser formulado.

A SUDENE fez uma equipe bem qualificada em todos os Estados. Com formação de pessoal, os resultados foram bons. A idéia central desse diagnóstico para a época estava correto, hoje recuperar é uma bobagem que não tem tamanho.

Existe uma mistificação muito grande, em relação as forças sociais determinantes no processo de criação da SUDENE. É o caso da PETROBRÁS, não foi o povo que criou essa estatal, afirmar isso é

puramente ideológico, não tem o menor sentido. A Petrobrás foi criada no fim do Governo de Getúlio Vargas e no início do Governo de Juscelino Kubistchek de Oliveira, pois tinha-se um processo de industrialização em marcha e que precisava ser potencializado, então o lema, era cumprir 50 anos em 5 anos. Tirar uma indústria que estava atrasada, montar um departamento novo de economia, fazer em 5 anos o que os outros Países não fizeram em 50 anos. Por isso, que João Manuel chama o desenvolvimento brasileiro de tardio. Durante a década de 30 não se tinha um Departamento I da Economia: constituído pelos setores produtores de meios de produção - em contraposição ao Departamento II, que produz meios de consumo, não se tinha uma indústria básica, de base no Nordeste. Então, a tarefa de Getúlio Vargas foi montar exatamente isso, e Juscelino Kubistchek foi em frente, com o Plano de Metas. Para se criar uma indústria de porte, precisa de combustíveis para insumos nessa indústria, a Petrobrás veio para atender a essa necessidade do capital. Então, o que se fazia era mobilizar a população em cima disso, mas a necessidade não foi da população, foi a de ter o combustível líquido. As Estatais nasceram, porque naquela época as empresas não queriam correr o risco de montar uma PETROBRÁS ou uma ELETROBRÁS, além de não ter a certeza de ter petróleo no subsolo, a taxa de risco era enorme. Então é aquela história do capital ser muito sabido, ele não socializa os lucros, e não deseja ter prejuízos. Como as empresas privadas não queriam implantar atividades nesse ramo, então joga essa função para o Estado, pois é o povo que arca com os prejuízos.

A SUDENE não foi resultado da pressão de D.Elder Câmara, Cid Sampaio, Apolônio Sales, Miguel Arraes, Francisco Julião entre outros, nem tampouco de Ligas Camponesas, esses fatores foram acessórios, uma força auxiliar que é convocada, mobilizada, para isso, mas a causa principal está na necessidade de reprodução, na expansão do capitalismo. Na verdade havia a necessidade de descentralização espacial do capital, a internacionalização do capital, o capital necessitava ganhar espaço no interior brasileiro. Foi isso que levou a

criação da SUDENE, quando o capital tem alguma coisa que quer fazer, mobiliza a opinião pública, o Governo Collor era típico disso.

O que está em primeiro plano para o capital é saber se haverá uma taxa de lucro, montar uma economia que tenha retorno. Se coloca a questão do emprego como uma necessidade de barrar os processos de radicalização popular. Mas se olharmos agora, o processo passado, o volume de empregos foi muito pouco, sobretudo nos dias atuais. O conjunto de incentivos administrados pela SUDENE, descentralizou e localizou parcela do parque industrial brasileiro na região. Surgiu um Pólo Petroquímico na Bahia, um CIA - Centro Industrial de Aratu, criou-se uma industrialização em Fortaleza, uma outra em João Pessoa, Centros Industriais pequenos, em Campina Grande, Aracajú, Macéio, entre outros. Esse conjunto de incentivos, funcionava como uma taxa de lucro fictícia, a indústria se acomoda com este paternalismo e não investe na produtividade. Quando tira-se esse conjunto de incentivos com toda essa camada de proteção, os custos sobem e aqueles lucros fictícios deixam de existir, como foi o caso do Governo Collor, as indústrias enfrentam concorrência no mercado externo. Com essa abertura das fronteiras, quebra dos incentivos, a concorrência no mercado externo. Com essa abertura das fronteiras, quebra dos incentivos, a concorrência e a obsolescência do parque industrial que começa a mostrar um processo de sucateamento, desta forma a indústria já era poupadora de mão de obra, depois de sucateada, em crise fechando, a situação agrava-se ainda mais. O Pólo Petroquímico, atualmente só tem 8,000 trabalhadores a alguns anos atrás fala-se em mais de 20.000. Então, o sucateamento, o enxugamento, fechamento de empresas e os problemas enfrentados pelo Nordeste, acarretam a exacerbação do exército industrial de reserva, tomando proporções terríveis, significando uma economia de baixa qualidade, com um aumento acentuado no mercado informal.

A indústria no Nordeste está numa pior, ocorre um surto, uma readaptação da indústria deslocando-se para São Paulo principalmente para o seu interior, Minas Gerais, Paraná. Uma pesquisa na Revista

Exame - Edição 532 - Ano 25, n.11 - 26/05/93, publicou que a cidade de Bauru está em primeiro plano na atração de capital. Nas cidades de Campinas, Juiz de Fora, Pelotas, Londrina, também ocorre um surto na atração de capital. Nessas cidades se tem uma espécie de ilha de prosperidade que está se montando, em confronto com as outras regiões que se apresentam literalmente sucateadas, é isso que está ocorrendo no Nordeste.

A situação no Nordeste é mais grave do que no início. O exército industrial de reserva do Brasil, já se tornou o excesso dos excessos, o capital precisa disso, da reserva industrial para baratear o custo da força de trabalho. Dado o modo como se desenvolveu no Brasil, esse exército cresceu muito, tomou uma dimensão estúpida. É o preço da industrialização desenvolvida no Brasil e no Nordeste.

As disparidades regionais agravaram-se no Nordeste. Quando eu estava na SUDENE e o Sr. Leonardo Guimarães fazia os cálculos das contas regionais, já era demonstrado que o PIB - Produto Interno Bruto era maior, crescia mais aceleradamente do que no Nordeste, e hoje em dia é muito pior. Você tem uma região onde as chamadas economias externas já são muito superiores, as economias de aglomeração, você cria uma industrialização no Nordeste, é como botar um coelho pequeno, correndo atrás de um coelho grande, já está na frente, tem as pernas maiores, chegará na frente. Então, não tinha como expandir, alcançar, nas condições dadas. As disparidades regionais são maiores hoje do que antes, mesmo com a industrialização (e a crise).

Na Bahia hoje está se dando força ao turismo, não tem muito sustento. Essa idéia pode ser algo puramente conjuntural, circunstancial, essa cultura *axé* não irá sustentar-se por muito tempo.

A agricultura entra na produção de alimentos e matérias-primas, em função da necessidade da indústria, de consumo produtivo de matérias-primas, ou de redução do custo da reprodução da força de trabalho, essa era a tese cepalina. A agricultura iria se desenvolver, naqueles pontos

chamados notáveis: projetos de colonização; reforço ou reestruturação da agricultura do semi-árido, do sertão, reforma agreste, é aí que o processo não funcionava. Celso Furtado propunha, enviar recursos para a modernização do parque açucareiro das Usinas, em troca da cessão de terras para a produção de alimentos, os usineiros não concordaram. Então, nenhum projeto de reforma da agricultura foi avante, nada relativo a agricultura funcionou.

Depois quando o mercado nacional se colocou, vê-se algumas linhas de produção da agricultura moderna, mas isto ocorreu por outras premissas, não por aquelas. Esses projetos novos, às vezes até utilizam-se de incentivos, mas nascem muito mais em função do mercado externo, do que dessa política que foi da SUDENE. Não é um resultado direto da ação da SUDENE, é uma coisa indireta.

O avanço da agricultura, com a indústria como foi previsto, não ocorreu. Deu-se pelas vias de acomodações, pela própria acumulação e não pelo projeto de reforma, não ocorreu nem vai ocorrer, essa integração nesse sentido não aconteceu. Aconteceu assim, o mercado precisava de insumos de origem agrícola, desta forma, o capital percebeu que naquele setor tinha uma possibilidade de vendas, de uma taxa de lucro razoável, então, ele vai fazer uma produção para a indústria. Nesse sentido aconteceu, é o jogo de mercado, não porque o documento do GTDN, o Plano Diretor da SUDENE, colocou. Isso aí não aconteceu.

Se falava em um mercado interno regional, mas era muito o resultado da aplicação de incentivos, como um dado, não como uma política de integração sistematicamente planejada. Esse mercado regional, no fundo terminou sendo uma coisa muito relativa, porque as indústrias mais importantes do Nordeste, não serviram a seus mercados regionais, e sim ao mercado nacional. Então não havia essa integração sistemática.

Quando trabalhava na SUDENE, em Pernambuco, observei a existência de indústrias têxteis, todas baseadas no algodão. Com a instalação da Rhodia quebraram-se todas essas empresas. A SUDENE, então dizia: a

Rhodia vai oferecer 500 empregos novos, mas não dizia quantos foram desempregados em cima da quebra das médias e pequenas empresas. Desta forma, dava uma ilusão, quer dizer, de criar 500 empregos novos, mas essa indústria quebrou, pequenas indústrias e isto não apareceu nas estatísticas. Eu e outras pessoas que trabalhavam na época na SUDENE, elaboramos um documento exemplificando essa questão, o documento foi proibido de circular.

A indústria sabe que o investimento na automação provoca diminuição do contingente da força de trabalho, porque desloca mão de obra. Sabe portanto que o espaço de realização do mercado diminui. Por exemplo, no Nordeste existiam empresas com 2.000 trabalhadores, e agora no seu quadro de funcionários, encontram-se apenas 200 a 300 trabalhadores, isto implica dizer que aumenta a taxa de lucro, aumentando a exploração da mais valia relativa, devido a intensificação do processo de trabalho, em função de máquinas. Como resultado há uma estreita diminuição do mercado de consumo, criando uma tendência a um parque industrial com capacidade ociosa. Atualmente essa economia é concorrencial, então as empresas investem na modernização, criam outros pressupostos para o seu próprio crescimento, e esse é um problema sério. O setor privado, está interessado nesse tipo de exploração ao vir para o Nordeste. Se tiver oportunidade de investir no Nordeste, vem com 10 empregados, coloca uma empresa altamente produtiva, cria uma massa de valor enorme, mas o valor distribuído sobre a forma de salário é pequeno.

Não há necessidade de se encontrar uma alternativa para a SUDENE, porque na época que a SUDENE foi criada, era a alternativa para a indústria, mas hoje, não a vejo como saída, não vejo como o capital vai colocar uma alternativa para a SUDENE. A SUDENE, o BNB e o DNOCS, são coisas do passado, pelo efeito da inércia, as pessoas na SUDENE sonham com sua recuperação.

A SUDENE sofreu cortes de recursos orçamentários, logo durante a ditadura. Esses cortes foram feitos durante todos os anos, a ponto de não

ter mais recursos para investimentos. Lembro-me que uma vez fui ao Maranhão, fazer propostas de trabalho de Sudenismo, quando falei com a Coordenadora, ela disse: Nós não queremos mais discursos bonitos, ou tem recursos ou pode levar os discursos, se não tiver recursos para mim, não está me dizendo nada. A SUDENE chegou a esse ponto, de não ter mais recursos, quando iniciei na SUDENE, este órgão tinha bastante recursos. Foram inundadas cerca de 2.000 mil casas, no vale de Mundaú, em Alagoas. Nessa época, como Chefe da Divisão de Habitação, mandaram-me ir para essa cidade, levando um cheque para recuperar essas casas. Os recursos eram da SUDENE e da Aliança para o Progresso. Só porque levava um cheque elevado em dólares, fui recebido no aeroporto pelo Governador, por vários Deputados, carro oficial. Essa recepção não era para mim, era por causa do cheque. Realmente antes, a SUDENE tinha recursos e as pessoas eram recebidas com honras.

O golpe de 1964 provocou a centralização do Estado e a perda do poder político que levou a uma limitação de recursos, porque a questão era fortalecer o grande capital. A centralização do Estado é o retrato da centralização econômica. O golpe significou o acesso do grande capital associado, nacional e internacional, isso foi a essência do golpe, foi dar um chega para lá na burguesia nacional, do tipo Brizola, João Goulart, ou seja, nas políticas nacionalistas. Colocaram na dianteira do Estado os representantes do grande capital, foi isso que os militares fizeram, foram os porta vozes. Essa centralização em cima do grande capital, levou a centralização do poder. Foi nessa que a SUDENE entrou, essa é a razão vital do esvaziamento desse órgão. A centralização do capital, levou a centralização do poder, potanto do Estado, e levou o esvaziamento daquele que é acessório, secundário, periférico, que foi a SUDENE.

O grande capital, privilegia o que quer na região, não precisa mais de incentivos fiscais para instalar-se no Nordeste, agora tem outros comandos na região, outros meios de penetração muito mais fortes e importantes, do que os minguados 34/18, FINOR, da SUDENE, que

inclusive também não dispensaram, mas agora tinham esferas de poder no Nordeste.

É aquela história, não é a política quem comanda o capital, é o capital quem comanda a política. Mas se olharmos bem, o substrato econômico é que avançou no sentido da decomposição, faz com que mesmo dentro de um processo democrático, as condições de exploração sejam piores. Porque você experimentou uma crise, que veio inclusive dentro do regime chamado democrático, que é uma democratização *fajuta*.

A crise acentuou a necessidade de exploração do trabalho, ela se agravou, o exército industrial de reserva cresceu mais ainda. Por mais voto popular que se dê, não se reverte o processo de acumulação, pois, é uma causa maior. Agora é preciso entender o seguinte, não é porque se estabeleceu o voto direto, uma constituinte, que você agora vai ter um processo de acumulação, não se recupera uma crise que tem um espectro de maturação. Os diversos Planos, os diversos Ministros da Fazenda foram engolidos pela crise, porque não atingiu o processo de maturação, e não vai ser atingido a curto prazo. Os Ministros querem fazer planos de recuperação de uma crise que ainda tem tempo de maturação. Não chegou a hora de reversão dessa crise. Para o Brasil sair da crise, em primeiro lugar é preciso que o Japão, Alemanha, e outros saiam, para depois haver um excedente de capital mundial que venha para o Brasil, é uma história mais comprida.

A industrialização está hoje em um processo de sucateamento muito grande. Recife é isso hoje, uma cidade urbana sucateada, a Bahia está chegando perto.

O processo de abertura é essencial e irreversível. A questão de dar proteção de maneira globalizada como se fazia antigamente, não existe mais. Pode-se criar algumas proteções localizadas, regional ou setorialmente, mas uma política como era, não.

A possibilidade de um reajustamento industrial moderno no Centro-Sul é diferente à do Nordeste. Percebe-se que a vitalidade da região do Sul está se aglutinando, concentrando o capital e muitas indústrias reduziram a metade a escala de produção, para recuperar a taxa de lucro que tinham perdido em função do gigantismo.

A SUDENE já cumpriu o seu ciclo. Acabar com a SUDENE hoje, é como acabar com o DNOCS, não faz muita falta. Se houver a criação de um outro organismo na região, em substituição da SUDENE, o que vai fazer? Vai novamente delimitar o perímetro? Vai novamente proteger mercados? Tem que se saber que papel teria hoje para ser cumprido, e esse papel não está claro. A SUDENE já cumpriu o seu papel de indutor de desenvolvimento, já cumpriu o seu ciclo. Como a SEPLAC cumpriu o seu ciclo agora do cacau. Por isso que está se extinguindo, pois como vai se manter um órgão para uma economia que está saturada, tendo outros concorrentes, outro cenário mundial? Dentro deste contexto o que a SEPLAC vai fazer?

Se quiserem manter uma SUDENE, para administrar essa industrialização reduzida que o Nordeste ficou, tudo bem. Você pode até diminuir ou enxugar a máquina administrativa, que por sinal já está sendo enxuta. Não se trata mais de trazer grandes capitais para o Nordeste, até porque o impulso desse fluxo é bem menor, e reduziu-se. Também, não se pode fazer incentivos fiscais como era naquele tempo. Em primeiro lugar, o prédio da SUDENE terá que ser vendido, e esta passaria a funcionar numa estrutura pequena, para fazer um trabalho residual.

O modelo de planejamento regional está esgotado. Essa questão de circunscrever uma área, aplicar incentivos, isso não existe mais, tanto que entrou em decadência a SUDESUL, a SUDAM.

Os anos em que trabalhei na SUDENE, foram anos de ouro do órgão. Além de fazer os trabalhos de planejamento, dava aulas, cursos internos e externos, com o objetivo de formar o pessoal da SUDENE. No início

era a CEPAL quem dava os cursos, depois foi nosso grupo que dava esses cursos, foram um dos primeiros a serem formados. Os professores eram: Maria da Conceição Tavares, Francisco de Oliveira, Jáder de Andrade, Luis Vasconcelos, entre outros. Era uma equipe bem formada. Nota-se que houve uma criação de um pessoal muito qualificado. Não se pode negar que houve uma certa industrialização. Mas o que se questiona hoje, é a vitalidade da SUDENE."

2.3 - Entrevistado :**JOSÉ ANTONIO GONÇALVES DA SILVA**
Função :**Coordenador do Deptº de Infra-estrutura**
 :**Social da Dir.de Especiais**

Engenheiro Civil, com experiência em Desenvolvimento Urbano.
Atualmente Coordenador do Departamento de Infra-estrutura Social da
DPE - Diretoria de Programas Especiais.

"A constituição da SUDENE foi uma resposta aos movimentos sociais que reivindicavam um tratamento diferenciado para a questão regional.

As forças sociais determinantes no processo da criação da SUDENE, foram: a Igreja e os movimentos sociais populares. Cabe resaltar que o

Primeiro Plano Diretor da SUDENE foi defendido em praça pública no Recife, numa greve geral de um dia e um grande comício realizado pelos políticos progressistas com o apoio dos sindicatos e estudantes.

O diagnóstico do GTDN é correto. O ponto mais importante é considerar que o problema do Nordeste não é só uma questão climática.

Não foram eliminadas as disparidades regionais, no entanto é equivocado a afirmação de que o fosso tenha aumentado, pelo contrário diminuiu e sem a SUDENE certamente, o fosso seria muito maior.

O GTDN e os I e II Planos Diretores da SUDENE, apresentam a industrialização como parte integrante de uma estratégia maior que levava em consideração a reformulação da agricultura regional com proposta de mudança da estrutura agrária - reforma agrária e expansão da fronteira agrícola. A partir de 1964 e notadamente a partir de 1970 a questão agrária foi considerada subversiva tendo o conservadorismo prevalecido.

Havia a idéia de desenvolvimento de um mercado interno, e isto está claro nas propostas de política industrial do GTDN e dos Planos Diretores.

A indústria nordestina era complementar e subsidiária da indústria nacional, além de incipiente com exceções notadamente no campo da petroquímica.

A complementariedade do Nordeste com o Centro-Sul é um fato e deve continuar. Cabe a região ter uma política atual de industrialização que leva em conta este fato, e tem novas propostas referentes ao aproveitamento das potencialidades regionais. Cabe destacar que o Brasil deveria ter uma política nacional de desenvolvimento que levasse em consideração as vocações regionais.

Os novos pólos de crescimento, como o turismo, a indústria e a extração de pedras, novos materiais agroindustriais, fruticultura e a indústria têxtil no Ceará, são importantes para uma política regional.

A retomada efetiva do desenvolvimento da economia regional passa necessariamente pela solução da crise nacional, isto, não impede que as regiões `aquilo que tem demonstrado ter maior dinamismo, dêem maior importância.

A SUDENE sofreu limitações nas suas atribuições e restrições orçamentárias por dois motivos: pela crise nacional brutal que a ditadura deixou como herança e pela falta de coesão política regional.

A SUDENE é resultado da sociedade regional e ela só terá papel relevante na medida que contar com o apoio político regional.

A questão da SUDENE não é de reformas administrativas e sim de decisão política de se implementar os planos e programas já propostos pela SUDENE, tais como: Plano de Ação Governamental para o Nordeste e Projeto Integrado de Aproveitamento dos Recursos Hídricos.

O modelo de desenvolvimento nacional que está esgotado, deve ser restaurado de acordo com o sistema de planejamento do País como um todo, e dentro dele ter claro o que deve ser feito com relação a questão desenvolvimento de cada região brasileira. O modelo regional atual, que não é o originalmente proposto, mas sim o que foi possível realizar, está também esgotado porque é excludente para a maioria do povo nordestino.

É viável ainda um organismo de desenvolvimento regional, porque o Brasil como Nação ainda não conseguiu dar continuidade a um plano/programa de desenvolvimento regional.

Cabe observar cada região a partir de suas potencialidades rurais e urbanas e buscar trabalhar seus condicionamentos para o maior

aproveitamento dos recursos existentes. Assim como no GTDN, cabe ter a certeza que se o problema regional não se resume só na seca, é preciso conviver com o semi-árido."

2.4 - Entrevistado : EDMILSON ASSUNÇÃO
Função :Chefe da Unidade de Organização e
Planejamento
Período : 1965 aos dias atuais

Formação Acadêmica:

- * Bacharel em Direito - Universidade Católica de Pernambuco.
- * Especialização em: Administração Metropolitana; Planejamento e Desenvolvimento Regional.

Ocupou as seguintes funções:

- * Departamento de Agricultura e Abastecimento (1965-1973).

.Assessoria

- * Coordenação de Organização e Sistemas (1973-1981).
 - .Chefe de Divisão
 - .Assistente Técnico

- * Coordenação de Desenvolvimento Urbano (1982-1984).
 - .Técnico de Planejamento

- * Diretoria de Administração de Incentivos (1985-1994).
 - .Técnico de Planejamento
 - .Chefe da Unidade de Organização e Planejamento

"No final dos anos 50, era muito mais necessário a existência de um órgão de desenvolvimento para o Nordeste. Os Estados não dispunham de recursos humanos, institucionais e financeiros para o seu desenvolvimento. Além do mais, os próprios órgãos federais (Ministérios) concentravam seus esforços, como ainda concentram nas regiões mais desenvolvidas e de maior resposta.

O diagnóstico do GTDN continua válido e muitas das ações propostas devem ainda ser implantadas. Por exemplo: a modernização da agroindústria canavieira com liberação de terras para produção de alimentos e a racionalização do uso de recursos hídricos.

Quem comanda o País, desde sempre, tem sido as elites, e tudo gira em torno de seus interesses. No momento da criação da SUDENE havia uma tensão forte que assustava essas elites. Foram eles que criaram (permitiram) a SUDENE. As medidas propostas e outros planos subsequentes nunca foram implementados na sua plenitude, apenas em parte, porque não interessa às elites que regiões deprimidas se desenvolvam. É uma questão de distribuição de riqueza e de manutenção de bases eleitorais em troca de favores em época de crise.

As forças populares quando se organizam, pressionam e alcançam algumas conquistas, mas sempre até o limite de tolerabilidade dos interesses das classes dominantes, incluindo os Governos que estão a serviço das mesmas.

Conforme foi dito anteriormente, o processo foi iniciado pela elite e para ela se destina. No caso do Nordeste, o crescimento industrial veio em benefício dos grandes grupos, concentrando capital e gerando renda marginal, através de baixos salários, empregos instáveis. Essa concentração ocorreu também no setor primário, o que favoreceu a implantação de grandes projetos, poucos resultados para a região e ampliação do êxodo das migrações, agora não só para as capitais, mas também, para os grandes centros urbanos do interior.

As disparidades regionais não foram eliminadas, mas foram atenuadas. O fosso cresceu muito, não necessariamente entre regiões mas, certamente entre ricos e pobres, em qualquer canto do país. É claro que esse fosso fica mais evidente onde é maior o número absoluto de pobres (Norte e Nordeste), mas ele não é menos forte e traumático no Centro-Sul. É só observar onde existe maior índice de violência e criminalidade.

A indústria oferece mais dinamismo à economia. É fácil de se implantar, ocupa menos espaço, movimenta mais capitais públicos e privados, gera mais empregos e aquece o comércio e serviços, gerando mais emprego, renda, impostos, etc. A agricultura e a agroindústria são atividades de maior risco, inclusive da ocorrência de estiagens. Mesmo assim, os incentivos atualmente dão alguma prioridade a agroindústria e a agricultura irrigada. Deveria haver mais incentivos governamentais para essas áreas, principalmente investimentos em infra-estrutura de recursos hídricos.

Não se deve pensar apenas em mercado interno regional. Deve-se pensar em integração do mercado regional com o mercado nacional e, este, com o mercado internacional. Ninguém é auto-suficiente, o que é preciso é

garantir regras que promovam maior equilíbrio e justiça nos sistemas de trocas.

A industrialização nordestina sofre dos mesmos males do que a industrialização brasileira como um todo. Há uma deficiência muito grave de investimentos, tanto no setor público como no setor privado, em tecnologia, modernização, bens de capital, desenvolvimento de recursos humanos, infra-estrutura, etc.

A tendência de globalização da economia e, logicamente, a abertura da economia integrando a economia mundial é um processo irreversível. As forças dominantes no mundo, o grande capital, as grandes corporações decidem nessa direção e o Brasil vai também. Só não acredito que em posição de inferioridade possa o Brasil ou os brasileiros mais precisamente, beneficiarem-se deste processo.

Os pólos de crescimento como o turismo, a indústria e extração mineral, agroindústrias, fruticultura e a indústria têxtil no Ceará, fazem parte da necessidade da diversificação da economia, com o aproveitamento mais intenso das potencialidades locais, principalmente no que diz respeito a produção de alimentos e exportação de frutas tropicais e a modernização de um ramo tradicional, como é o caso da indústria têxtil.

Houve redução nas atribuições da SUDENE, isto é natural, conforme explicado anteriormente. A centralização do poder não é privilégio da ditadura militar, mas uma característica do Governo brasileiro, mesmo os civis. A constituição de 1988 tentou alguma desconcentração, mas como não interessava ao Governo Central nunca se consolidou. É aí onde entra a questão das restrições orçamentárias que ocorreram e que hoje ainda ocorrem. Os Estados não têm a capacidade de gerar seus próprios recursos, até porque são ineficientes e gastadores e o Governo Federal tem interesses político em mantê-los submissos.

O (des) governo Collor tentou desmoralizar todo o serviço público. No caso da SUDENE, a tentativa foi de extinguir o FINOR. Os propósitos

daquele grupo ficaram claros depois de iniciadas as apurações das denúncias de corrupção e roubo. Não vale nem a pena comentar.

O Senador Bisol está confundindo as coisas. Mistura convicções ideológicas com suspeita de corrupção. Ele não concorda com a lógica do sistema FINOR, mas é a lógica que existe e é respaldada na legislação. Ou o Senador propõe severas mudanças na legislação, ou procura outro pretexto, desde que sérios, para extinguir a SUDENE.

Para a SUDENE voltar a funcionar efetivamente precisa redefinir o seu papel dentro do Governo Federal e na sua forma de atuação; reorganizar a sua estrutura para cumprir essa missão, e buscar os recursos necessários à região, através de uma ampla negociação e articulação entre Governos Estaduais, Governo Federal, agentes externos e, sobretudo, com a sociedade, que deve ser o beneficiário de sua atuação. Esse órgão de desenvolvimento hoje ainda é necessário, mas sem todas as funções que teve no início.

É mais inteligente e honesto se corrigir os defeitos que a SUDENE possui, do que criar outro organismo que possua também os seus defeitos. É mudar, por mudar. Seria interessante desvendar quais os interesses que estão por trás, dessa proposta, a quem vai beneficiar e que utilidade pode trazer para a região. É mais útil fazer uma fusão entre os diversos órgãos regionais: SUDENE, DNOCS, CODEVASF, BNB (Deve continuar atuando como Banco Comercial?).

A SUDENE já cumpriu a sua missão inicial de criar as bases para o processo de desenvolvimento. Hoje, os Estados já estão aparelhados para cuidar dos seus próprios interesses, cabendo à SUDENE apenas(?) o papel de negociadora, junto ao Governo Federal e às fontes externas para captar mais recursos para a região e de articuladora das ações entre os Estados, para um aproveitamento das potencialidades, evitando desperdícios.

As perspectivas da economia nordestina, não são boas. O Brasil vive uma forte recessão, com uma inflação que inibe o investimento na atividade produtiva, porquanto é mais estável e seguro aplicar no mercado financeiro. O País busca equilíbrio orçamentário e uma reforma fiscal e tributária como meios para controlar a economia e voltar a crescer. Este caminho não pode ser percorrido em curto prazo.

Ocorreu a perda de prestígio, funções, poder e recursos da SUDENE. Mas, isto não quer dizer que a sua missão, o seu modelo, a sua proposta tenham se esgotado. Falta apenas redefinir a sua nova forma de atuação e vontade política de garantir recursos para o desenvolvimento da região. As propostas aventureiras surgem porque a SUDENE enfraqueceu como instituição, mas o modelo permanece válido, tanto que muitos querem assumir esse papel, através de novas organizações.

Não deve-se dar tanta ênfase ao problema regional, mesmo reconhecendo que é importante e tem o seu significado. O problema maior não está na divisão Norte/Sul, mas na divisão rico/pobre, no absurdo modelo mundialmente aplaudido de acumulação da riqueza nas mãos de poucos, sob o pretexto, ou a desculpa de que tudo se resolve pelas leis do mercado. Pode se ver que resolve, mas sempre em benefício de poucos.

O verdadeiro problema penso estar na distribuição da riqueza e da renda que pressupõe uma profunda revisão no papel do Estado, numa justa e efetiva reforma tributária e fiscal, na reforma agrária e urbana, principalmente.”

2.5 - Entrevistado : CLEMENTE ROSAS RIBEIRO
Função : Procurador Geral
Período : 1986 aos dias atuais

Brasileiro, casado, advogado e Técnico em Desenvolvimento Econômico, nascido em 27/09/40, em João Pessoa, Paraíba. Foi líder estudantil dos anos 60, ingressou na SUDENE em 1963, sendo demitido em 1964, por razões políticas. Até 1979 trabalhou como consultor e executivo em organizações privadas, retornando ao setor público - Governo de Pernambuco - onde exerceu funções de confiança em vários Governos (entre elas, Superintendente do Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco). Em 1986, foi reintegrado à SUDENE. Atualmente, é Procurador Geral da Autarquia.

"A SUDENE surgiu na crista de um amplo movimento de conscientização do subdesenvolvimento nordestino, numa fase desenvolvimentista, em escala nacional (a era Juscelinista), e de valorização do conceito de planejamento governamental (pós-guerra). A seca de 1958 e o prestígio de Celso Furtado deflagraram o processo.

As forças sociais determinantes no processo de criação da SUDENE, foram: as massas urbanas lideradas por agrupamentos de esquerda, movimento camponês, jovens lideranças empresariais (Cid Sampaio) e segmentos tecnoburocráticos. Na fase de execução dos planos, as oligarquias conservadoras bloquearam os projetos mais ambiciosos.

A estratégia de industrialização do GTDN apoiava-se no mercado interno regional que se esperava integrar, progressivamente. Efeitos como a maior vinculação da economia Baiana com o Sudeste, e da do Maranhão com o Norte, não eram previstos, trazendo um novo problema a ser enfrentado.

O diagnóstico do GTDN foi correto, e continua válido até hoje. Talvez a sua única falha tenha sido não ter enfatizado suficientemente a irrigação como fórmula para a agricultura nordestina. O insucesso parcial do plano deveu-se a problemas administrativos e políticos. As premissas continuam válidas. As falhas foram de execução por razões políticas superiores.

O processo de industrialização do Nordeste por substituição de importações regionais está esgotado. Por outro lado, a sua complementaridade com a indústria do Sudeste se pode intensificar, e não há mal intrínseco nisso, embora se deva perseguir também uma maior integração dentro da região. Tendo em vista a globalização e abertura da economia brasileira, o caminho a seguir é o da modernização, com apoio em vantagens comparativas regionais - agro-indústria com irrigação, recursos minerais locais, relativa placidez nas relações sindicais, matérias primas típicas do trópico semi-árido, turismo, etc - e escala compatível com os mercados nacional e internacional.

A industrialização do Nordeste repetiu o padrão da industrialização brasileira. Parece ingênuo pretender evolução diversa, em regime de livre iniciativa.

O fosso entre as regiões brasileiras não aumentou, foi reduzido, embora em medida bem abaixo do desejável. Vários indicadores sociais e econômicos provam isso, da expectativa de vida a renda per capita e ao crescimento do PIB.

A industrialização era um dos pilares do plano de desenvolvimento regional, mas não o único. A razão do relativo insucesso das propostas relacionadas com agropecuária é simples: neste setor, os obstáculos de natureza institucional e política são muito mais fortes.

Vejo a industrialização nordestina como o mais bem sucedido dos planos para a região. Seria desejável um maior grau de integração ou de internalização de efeitos, mas as conquistas são insofismáveis.

Como foi antecipado, o turismo, a indústria mineral, a agroindústria não convencional, a fruticultura, a indústria têxtil e de confecções são vocações econômicas nítidas do Nordeste, e não têm por que não desenvolver-se. No caso da indústria têxtil, no entanto, há um obstáculo a ser superado: a recuperação da cultura do algodão em nosso semi-árido.

Em relação à crise dos anos 80/90, não há como distinguir-se a economia nordestina da do resto do país: os desafios são os mesmos.

A perda do poder dos Governadores e a centralização do Estado no período autoritário são as principais razões das limitações administrativas e orçamentárias sofridas pela SUDENE. A reversão do processo não se deu plenamente com a redemocratização porque não se pode esperar simetria em movimentos políticos ou sociológicos. O Estado brasileiro já não é o mesmo, e se debate em crise institucional de dimensão muito maior que a questão regional. Há perplexidade e falta de nitidez no núcleo de poder. As perdas são irremediáveis. Não se pode, portanto, pretender resgatar o projeto original para a região, mas reelaborá-lo, à luz da nova realidade.

A alternativa para a SUDENE hoje é uma integração à estrutura nacional de planejamento sem perder o *status de* instância regional de poder que lhe confere o seu Conselho Deliberativo, recuperar a sua autoridade técnica, renovar a sua base de sustentação política com as forças atuantes em 1959, e continuar planejando e coordenando a ação do Governo Federal no Nordeste.

Extinguir a SUDENE apenas agravaria o problema, com a falta de um órgão que viabilizasse a abordagem dos problemas desta área periférica do país num contexto regional, o que sempre será necessário, para

orientar a intervenção do Governo, a menos que se adote no país, à *outrance*, a política do *laissez faire*. Não há necessidade de outro órgão, mas do fortalecimento e da revitalização do existente.

A idéia de um organismo de desenvolvimento regional continua válida, pois o livre jogo das forças do mercado jamais levará a uma distribuição racional da atividade econômica no espaço geográfico. É a única maneira de lidar com o problema das áreas periféricas, evitando o seu agravamento."

Entrevistado : VALFRIDO SALMITO FILHO
Função : Superintendente-adjunto da SUDENE
Período : 1990-1991

Formação Acadêmica:

* Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais - Universidade Federal do Ceará: 1957/1961.

* Treinamento em programas de desenvolvimento econômico - Instituto de Economia da Universidade Federal do Ceará/1960.

* Curso da CEPAL: CEPAL/SUDENE - Recife/1962

* Bolsista das Nações Unidas na República Federal da Alemanha, nos Institutos de Kiel, Berlim e Hamburgo - 1965/1966

Ocupou as seguintes funções:

* Técnico em Desenvolvimento Econômico: 1962/1964.

* Chefia da Divisão de Análise de projetos: 1966/1967.

* Diretor-Adjunto e Diretor do Departamento de Industrialização: 1967/1974.

* Diretor de Crédito Rural e Cooperativo do BNB: 1974/1978.

* Superintendente da SUDENE: 1978/1984.

* Superintendente-Adjunto da SUDENE: 1990/1991.

"A SUDENE foi constituída numa fase política liderada por um Estadista de larga visão nacional, o qual previu a absoluta necessidade de uma intervenção de Governo, com vistas à evitar a excessiva centralização da economia nacional em três Estados do Sudeste. Naquele momento, a economia do Nordeste estava estagnada e sem nenhuma perspectiva de crescimento, sinalizando uma situação social fora do controle. A SUDENE foi constituída, pois, para servir de instrumento favorável à descentralização da economia nacional, e, naturalmente para promover o desenvolvimento regional em bases nacionais.

Ainda é viável, e até necessário um organismo regional. Sobretudo nesse momento histórico em que o País vive, as poderosas pressões do pensamento econômico Neo-Liberal fomentando as livres forças do mercado, as quais, como se sabe, somente fazem o agravamento das disparidades regionais, e foram atenuadas com a dinamização da economia regional, porém não superadas. A rigor, neste momento político-econômico-social, a SUDENE é imprescindível ao Nordeste, até mesmo para preservar as conquistas e os instrumentos compensatórios da política de desenvolvimento regional.

Não participei diretamente da elaboração do GTDN. Participei entretanto, dos primeiros esforços de implementação da política regional. Não apenas por mim, mas pela maioria absoluta de técnicos e cientistas nacionais e internacionais, o GTDN continua sendo considerado o mais realista diagnóstico jamais feito sobre o Nordeste.

Os pontos mais importantes do GTDN referem-se à:

* Imediata transformação da infra-estrutura do Nordeste (Sistemas de abastecimento de água e de saneamento, energia, transportes, comunicações, levantamentos básicos sobre os recursos naturais e capacitação de recursos humanos);

* Modernização, diversificação e ampliação do setor industrial;

* Modernização do setor primário, ampliação de sua fronteira agrícola, com a incorporação das vastas áreas agricultáveis do Maranhão e diversificação da área destinada à monocultura da cana.

As deficiências ou insuficiências do GTDN referem-se ao setor primário, tanto no caso do Maranhão, quanto no caso da zona canavieira do Nordeste, embora tenha acertado plenamente na modernização do setor primário, buscando as condições necessárias para a transformação agrícola através da irrigação nos vales dos principais rios do Nordeste, cujos projetos pioneiros, Bebedouro e Mandacuru, com o apoio inicial de missões técnicas estrangeiras (Israel e França) são o ponto de partida da formação do atual maior pólo agroindustrial de irrigação do Brasil, situado exatamente no Vale do rio São Francisco, beneficiando sobretudo Pernambuco, Bahia, Sergipe e Alagoas.

As forças sociais determinantes no processo de criação da SUDENE foram de natureza:

* Política: Governadores (sobretudo de Pernambuco, Cid Sampaio);

* Sociais: Principalmente a Igreja Católica, com a realização dos seus dois encontros dos Bispos do Nordeste;

* Classistas: Os empresários do Nordeste, com os diversos encontros, sobretudo o de Caranhuns.

Quem exerceu maiores influências na elaboração dos planos foram os Governos Estaduais e também em sua implementação. Uma vez que, a Igreja não estava, nem está preparada e nem motivada para participar da gestão dos planos, embora tenha sido sempre ouvida. Nos últimos 10 anos os sindicatos rurais tem tido forte participação.

O Sociólogo Chico de Oliveira foi colaborador pioneiro de Celso Furtado na elaboração e implementação do Primeiro Plano Diretor de desenvolvimento econômico e social do Nordeste. O Sociólogo Chico de Oliveira sabe que os primeiros esforços efetivos de industrialização do Nordeste, que aliás começaram em seu tempo, deram prioridade à modernização do parque têxtil regional, o qual depois da agroindústria açucareira, era o ramo industrial mais importante do Nordeste. Dando ainda prioridade aos interesses regionais, prosseguiu a SUDENE (já sem Chico) modernizando outros ramos industriais do Nordeste, principalmente o de couros e peles, de oleaginosas e as pequenas e médias empresas industriais, setor em que o Nordeste foi pioneiro no Brasil.

Exauridos os trabalhos de apoio aos ramos industriais de capitais nordestinos, a SUDENE apoiou o prosseguimento desse trabalho, em busca sobretudo da diversificação e da modernização, realizando importante abertura para capitais nacionais e internacionais, mesmo porque, as poupanças regionais eram limitadas e não se poderia ter Pólo Petroquímico, Cloroquímico, Cimenteiro, Siderúrgico, Agroindústria da Irrigação, contando apenas com os limitados recursos de poupanças regionais.

Qual o erro dessa abertura para capitais nacionais e internacionais? Todos os Países desenvolvidos do mundo não fizeram e não continuam fazendo essa política? E os benefícios diretos e indiretos dessa abertura não significam nada? A geração de centenas de milhares de empregos diretos e permanentes, a indução a modernização e à competitividade, inclusive nos modelos de administração e de gerenciamento, a geração de tributos federais e estaduais, o aumento e a circulação maior de

riqueza. Tudo isto poderia e deveria ser feito apenas com empresários industriais possuidores de certidão de nascimento no Nordeste? Essa crítica não tem o menor fundamento. Seria importante consultar se os operários e executivos de todas essas empresas industriais do Nordeste, que cresceram e se modernizaram, se os trabalhadores que saíram dos velhos galpões industriais das antigas e obsoletas indústrias têxteis, quentes e poirentos, queriam trabalhar apenas para industriais nordestinos? O Sociólogo sabe que não.

Um dos principais objetivos da criação da SUDENE era retirar a economia do Nordeste da estagnação em que se encontrava e fazer o Nordeste voltar a crescer, em bases nacionais, dotando-o de adequada infra-estrutura e dinamizando seus setores produtivos. Isto efetivamente aconteceu. Nos últimos 35 anos, segundo estudos do professor Gustavo Maia da Universidade Federal de Pernambuco, a economia do Nordeste está entre as mais dinâmicas do mundo inteiro. Persistem as disparidades inter-regionais do Brasil, e em nenhum momento a SUDENE acenou com sua eliminação. O que a SUDENE buscou foi evitar o agravamento dessas disparidades, a tal nível, que comprometesse até a unidade nacional. A SUDENE alertou essas tendências e fez com que o Nordeste inteiro se mobilizasse e até conquistasse alguns instrumentos compensatórios.

A indústria do Nordeste cresceu a taxas médias anuais elevadas nos últimos 35 anos, até em certos períodos, mais do que a do Brasil. A agricultura do Nordeste não teve o mesmo desempenho. As razões são conhecidas: A agricultura do Nordeste se encontrava em estágio extremamente defasado e desprovida dos meios técnicos para modernizá-la, principalmente quanto a formação de recursos humanos e as pesquisas adequadas à agricultura tropical e do semi-árido. É sabido que todo avanço da agricultura no mundo se fez nos climas temperados e apenas ultimamente há exceções, caso de Israel e parte da Espanha.

A irrigação introduzida e fomentada pela SUDENE representa o principal instrumento de transformação da agricultura do Nordeste. Essa

irrigação é muito complexa e muito cara, não pode ser improvisada nem pode superar a inércia dos condicionamentos existentes. Além disso, limitações climáticas e de solos também interferem, e a acumulação de água para irrigação é cara e precária.

É sabido que poucas calamidades climáticas são tão devastadoras como as secas do Nordeste. Não se trata de *Indústria das Secas*, os meios de comunicação não permitem mais isso. Trata-se de falta de água mesmo, diante de uma população rural e urbana que cresce mais do que as reservas existentes. O Nordeste possui hoje 10 milhões de habitantes a mais do que toda a Argentina, existindo desequilíbrio aqui, entre a disponibilidade de água e a demanda sempre crescente. Veja o que aconteceu com a Bahia, sobretudo no último ano: foi calamidade mesmo. A agricultura do Sul e do Sudeste não precisa de reservatórios, de açudes, nem de barragens.

A integração das várias economias regionais, Bahia, Pernambuco e Ceará, não foi um objetivo estabelecido pelo GTDN. Sempre se fala nessa alternativa e ela existe pontualmente: O Pólo Petroquímico de Camaçari fornece matérias-primas para muitas indústrias de Pernambuco e do Ceará; o Ceará fornece tecidos para confecções em outros Estados Nordestinos. A agroindústria regional se integra. Mas daí, partir-se para modelo integrado de mercado regional não é possível nem conveniente: a integração nacional se sobrepõe, o Brasil é uma unidade sem fronteiras internas e os transportes modernos também não favorecem o fechamento da indústria regional.

A SUDENE de hoje não pode prescindir da função do planejamento regional, só com novos pressupostos: menos rigidez global; maior integração com os Governos Estaduais e maior articulação com o planejamento central; fortalecimento de sua ação articuladora a nível nacional e sobretudo internacional; ampliação de sua capacidade geradora e gerenciadora de dados básicos, sociais e econômicos e preservação e fortalecimento de sua face política, através dos Governadores em seu Conselho Deliberativo.

A SUDENE sofreu limitações nas suas atribuições e conseqüentemente restrições orçamentárias:

* De um lado, na medida em que a SUDENE criou modelo institucional, em seguida absorvido pelo Poder Central (além do próprio sistema de planejamento indicativo para o setor privado e coercitivo, no caso do Nordeste nunca foi coercitivo) para o Estado, além de programas e projetos setoriais, criados no Nordeste em caráter pioneiro e logo em seguida absorvidos pelo Poder Central;

* De outra parte, o modelo de planejamento centralizado no regime militar, jamais privilegiou o Nordeste com grandes projetos setoriais (siderurgia, energia, transportes), à exceção do Pólo Petroquímico que é um exemplo bem sucedido. A tecnocracia do período militar foi insensível com o Nordeste, porque suas prioridades eram exclusivamente econômicas e não sociais, jamais fazendo além do estritamente indispensável. Há um caso que não demonstra, à saciedade, a afirmação. Em 1965, o Governo Alemão concedeu um empréstimo ao Brasil, em condições favorecidas, no valor de 200 milhões de marcos, impondo uma única exigência: que a maior parte dos recursos fossem aplicados no Nordeste. Pois bem, para o Nordeste vieram 51% rigorosamente, nada mais.

A industrialização nordestina deve ser intensificada, sobretudo diante da intensa urbanização experimentada e que não dá sinais de arrefecimento. Uma reciclagem de modernização deve imediatamente estender-se em toda a região, para assegurar os níveis de competitividade nacional e sobretudo internacional, levando-se em conta também o *Mercosul*, alcançando desde a Petroquímica até os têxteis e confecções. Novas vertentes, como o turismo e mineração apenas deram os primeiros passos.

É viável e necessária a continuidade desse processo. Há de se reconhecer que, quando a SUDENE foi criada, a indústria baiana, estava

em fase terminal e sua economia, como a do Nordeste, estagnada e sem qualquer perspectiva. A reversão deste processo exigiu clarividência e visão larga, não apenas da própria SUDENE, mas, sobretudo de Governantes baianos, de empresários baianos e a continuidade de ações, durante vários anos. O Centro Industrial de Aratu teve a felicidade de preservar-se como prioridade de vários Governos baianos. É claro que houve erros e deficiências. Faz-se necessário reconhecer que a tradição industrial da Bahia era muito defasada da de Pernambuco, por isso mesmo Pernambuco partiu na frente na industrialização. A fragilidade baiana para intensificação de um processo de industrialização passava por aspectos pouco reconhecidos, como a disciplina de trabalho do operário baiano, deficiência na formação profissional, falta de qualificação e de especialização, inexistência ou deficiência de centros de formação profissional. Muitos desses aspectos negativos foram sendo superados por iniciativas das próprias empresas. Essa foi a fase inicial, cuja inércia própria repercutiu negativamente.

Uma segunda fase de industrialização da Bahia vai encontrar vários desses obstáculos já superados, parcial ou totalmente, além dos avanços nos modelos administrativos e gerenciais das empresas e na mobilização de recursos financeiros.

A evolução do processo de abertura da economia, a nível global, pressupõe o aproveitamento de todas as vertentes possíveis, começando sempre pela fase principal das empresas modernas já em operação que serve de vetor para a aceleração das demais oportunidades. Sob esse aspecto a Bahia constituiu um universo rico de recursos naturais e de potencialidades e sua classe empresarial hoje está muito mais esclarecida e consciente de que tem de acompanhar a abertura econômica do País, partindo sempre do pressuposto de que essa alternativa somente é viável com a adoção de técnicas e de tecnologias que lhe assegurem elevado grau de competitividade.

Graças à ação conjugada da SUDENE com Governos Estaduais e com setores empresariais, sobretudo pela continuidade dos incentivos fiscais,

foi se tornando realidade o surgimento de diversos Pólos de desenvolvimento, embasados nas potencialidades específicas de cada Estado. Todos os Estados nordestinos identificaram suas melhores oportunidades. Obviamente, determinadas atividades, como as indústrias têxteis e de confecções contemplam todos os Estados, embora o Ceará e Pernambuco contem com as maiores nucleações.

As novas vertentes, também intensamente apoiadas pela SUDENE, como o turismo e a indústria de mineração particularmente a de granitos se afiguram definitivamente consolidadas e esses filões já deitam raízes no mercado internacional.

O Turismo constitui, atualmente, um programa de desenvolvimento, com características específicas. É óbvio que o Nordeste, há vários anos, já lançou as bases desse programa, iniciando com ações sistemáticas e estudos da SUDENE, com o apoio de incentivos à rápida e generalizada expansão da rede hoteleira, com a participação do BNB, dos Governos Estaduais, ora mais, ora menos intensa. O atual PRODETUR - com perspectiva de apoio imediato de entidades internacionais como o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), além da SUDENE, do BNB e dos Governos Estaduais da região, representará a consolidação de uma das vocações do Nordeste, levando-o a inserir-se, definitivamente, na rota e no calendário do turismo internacional, multiplicando as oportunidades de emprego e contribuindo para o incremento da renda. É certo, todavia, que este êxito não teria sido possível se a SUDENE, com base nos incentivos fiscais, não tivesse contribuído para ampliar, em 20 anos, a oferta regional de apartamentos de 1.500 para mais de 12.000 unidades.

Quanto à extração, industrialização e comercialização das pedras ornamentais (granitos, mármore) o estágio atual representa a fase de maturação dos trabalhos desenvolvidos sobretudo pela SUDENE e pelo BNB, dinamizando as potencialidades de toda a região, com o aproveitamento econômico e larga competitividade que permitem a esse setor produtivo comparecer, inclusive aos mercados internacionais.

A fruticultura tropical resultante da irrigação também se encontra consolidada e a disputa pelos mercados internacionais têm estimulado o surgimento de centenas de produtores que já assimilaram os parâmetros de exigência e de controle externos. A fruticultura vêm conseguindo alcançar parâmetros tecnológicos internacionais, mercê, novamente dos trabalhos da SUDENE/BNB/CODEVASF e da iniciativa privada. O atual volume de exportações, de 100 milhões de dólares representa a sinalização da efetiva potencialidade que surge com os pólos agroindustriais de irrigação. Há estimativas de que os pólos agroindustriais de irrigação dispõem de potencial para produção equivalente a cerca de 5 bilhões de dólares. A cifra pode parecer fantasiosa. Entretanto, à luz das iniciativas bem sucedidas, não estaria longe da realidade uma projeção de dois bilhões de dólares, nos próximos 10 anos. Quando se mencionam as primeiras cifras referentes às exportações de fruticultura, US\$ 100 milhões, ou às amêndoas de castanha de cajú, mais US\$ 100 milhões, ou às lagostas, peixe filetado e camarões, outros US\$ 120 milhões, passa-se a constatar que, ao lado de um Nordeste atrasado e pobre, ergue-se um outro Nordeste ávido de crescimento e de criação de riquezas, cujos primeiros passos já foram efetivamente encaminhados, tentando sepultar definitivamente os velhos clichês da indústria da seca e da malversação de recursos públicos. Neste sentido, basta mencionar que do ponto de vista público e das estatais, o Nordeste jamais recebeu mais de 15% dos recursos globais, para uma população de 28% do país, enquanto em incentivos absorve apenas de 12 a 14% do que se concede no país. Os níveis de competências desses *Pólos* estão suficientemente demonstrados, diante do grau de competitividade sobretudo durante o longo período de recessão da economia brasileira.

A indústria têxtil do Ceará deve ser considerada, atualmente, um caso típico de Programa Estadual bem sucedido. Amplo conjunto de fábricas modernas e competitivas, vem operando normalmente, apesar do desaparecimento da matéria prima local, sem comprometer a sua lucratividade, integrando-se sua produção ao parque de confecções do

Estado. Novamente, as razões deste sucesso encontram-se na estreita articulação do Governo Estadual com a iniciativa privada e no apoio de incentivos e financeiro do BNB e da SUDENE.

A crise dos anos 80/90 alcançou também o Nordeste, retardando a implantação de novos empreendimentos, determinando o encerramento de indústrias e inibindo novas iniciativas. Tudo isso aliado a uma mal conduzida administração da SUDENE, seja por técnicos menos qualificados, fruto de oportunistas e inescrupulosas indicações políticas, seja por políticos medíocres que a utilizaram como plataforma eleitoral. Tudo isso se aliou à própria crise dos anos 80/90, agravando os saldos negativos. Entretanto, deve-se ressaltar que a travessia dessa crise somente foi possível graças à preservação dos incentivos administrados pela SUDENE, cuja continuidade foi fator essencial para a tomada de decisão para novos investimentos. Deve-se ressaltar que esses mesmos incentivos, já submetidos a 6 ou 8 avaliações, ora dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, ora ao crivo das CPI's do Congresso, somente se preservaram porque seus resultados concretos, em termos de indução de investimentos (são o principal vetor, apesar de representarem apenas 27% dos valores totais investidos), em termos de geração de empregos diretos e permanentes nas atividades econômicas produtivas, em termos de gerações de tributos federais e sobretudo estaduais, constituem demonstração clara de eficiência.

Por isso mesmo, caso o Nordeste não venha a perder suas poucas conquistas institucionais e de instrumentos financeiros, pode-se afirmar, com segurança que as perspectivas da região são animadoras, desde que a política econômica do país que abraçou o pensamento econômico Neo-Liberal com tanto exagero, não venham a interromper o ciclo de três décadas e meia vivido sob o signo do desenvolvimento. Naturalmente, corre-se o risco, agora mesmo de se romper esse delicado equilíbrio do clima de confiança no desenvolvimento regional com a crescente corrente de pensamento contrária à intervenção do Estado na economia, mesmo que seja para corrigir distorções.

Para se conseguir maior eficácia da atuação da SUDENE, há de se preservar suas principais atribuições: como a responsabilidade pelo planejamento regional; recuperar imediatamente seu quadro técnico, com a incorporação dos especialistas que foi perdendo ao longo do tempo; fortalecer sua capacidade de articulação, inclusive a nível internacional, para obtenção de intensivo apoio técnico de organizações internacionais; revigorar a instituição como principal banco de dados sociais e econômicos da região; e, proporcionar meios à SUDENE para retomar seu trabalho estreito e intenso com as Universidades regionais e com seus centros de excelência, a fim de multiplicar os resultados dos estudos, pesquisas e avanços tecnológicos aqui gerados e necessários a nossa realidade social e econômica, além de manter sua administração conduzida por técnicos de alto nível a fim de poder manter os diálogos indispensáveis com Governantes, Ministérios, Órgãos Internacionais e Lideranças de Classes. Jamais se deve voltar a cometer os erros crassos do passado, entregando a SUDENE a políticos de segundo nível e pouco escrupulosos.

As investidas contra a SUDENE, no Governo Collor, resultaram muito mais da completa ignorância de uma equipe técnica despreparada sob a coordenação da Ministra Zélia Cardoso e das tentativas de exarcebação da centralização das decisões econômicas em Brasília, do que das próprias deficiências da SUDENE.

O caso do Senador Bisol assume aspectos verdadeiramente patológicos. O Senador Bisol é político, sua atuação na CPI do orçamento caracterizou-se por manifestações açodadas, inclusive com referências a grandes riscos para o próprio país, contribuiu para demonstrar que os abusos e crimes cometidos pelos congressistas envolvidos na apreciação dos Orçamentos da União decorreram das diversas formas de imunidades e impunidades que cercam os políticos e deveria concluir racionalmente que, além do próprio Orçamento da União, órgãos como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica e infelizmente também a SUDENE acabaram sendo vítimas dessas imunidades e impunidades parlamentares. A seguir-se com a lógica a proposta do Senador Bisol,

deveria fechar-se o Congresso Nacional, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica e todas as empreiteiras envolvidas. O que se espera dessa CPI é que sejam identificados esses infratores, punidos e corrigidas as distorções e aprimoradas as instituições que foram criadas para servir a comunidade, cujas missões ainda devem prosseguir. Se a CPI do Orçamento identificar abusos cometidos por parlamentares na obtenção de favores junto a SUDENE, que tudo isso seja devidamente corrigido.

A constituição de outro organismo de desenvolvimento regional é desnecessária e condenável. Como começar tudo de novo? Quem possui o conhecimento maior da região senão os organismos regionais, que durante décadas formaram seu valioso acervo de informações, através de estudos, pesquisas, levantamentos e o acúmulo de experiências que já consagram a política de desenvolvimento regional do Nordeste como a mais bem sucedida em todo o Mundo?

Não se trata de um esgotamento de um modelo de planejamento. O que há, é o resultado dos seguintes fatores:

- * Desgaste inevitável da SUDENE, como órgão da administração pública federal, sujeita a todo tipo de restrições e a mercê de decisões centralizadas em Brasília, cuja tecnocracia jamais escondeu sua má vontade contra um centro de pensamento e de decisões regionais e de utilização de recursos em programas e projetos criados e implantados na região;

- * Exarcebada instabilidade institucional do País e do Governo Federal, cujas iniciativas de criação e de extinção de órgãos públicos e até de Ministérios alcança as raias da paranóia;

- * Formas camufladas de efetivação da corrente econômica Neo-Liberal com objetivos explícitos de reduzir o tamanho do Estado e de anular suas intervenções, como no caso das políticas regionais do Norte e do Nordeste, objetivos que, se alcançados, extinguirão completamente as perspectivas de crescimento do Nordeste.

O atual momento histórico que vive o Brasil, intensamente influenciado pelas correntes do pensamento econômico Neo-Liberal, constitui uma ameaça quase intransponível para os interesses do Nordeste. Somente seus organismos regionais, principalmente a SUDENE e o BNB, possuem meios para garantir a continuidade de crescimento da região, seja porque se especializaram neste objetivo, seja porque administram os poucos instrumentos que ainda subsistem e cuja preservação é essencial para o desenvolvimento regional.

O Nordeste não pode prescindir do apoio do Governo Federal para implementação de programas e implementação de projetos, através dos instrumentos conquistados, que funcionam ainda como forma compensatória em favor da região.

Não se desconhece a influência da corrente do Pensamento econômico Neo-Liberal, com grande representação do Congresso.

Sabe-se que a tendência é que venha a prevalecer um conjunto de providências para reduzir o tamanho do Estado Brasileiro, reduzindo-se ao máximo a sua intervenção. Nesta hipótese, não seria estranha a idéia de esvaziamento da política regional e até a extinção de instrumentos e de organismos regionais, pois é certo que os organismos regionais constituem formas de intervenção do Estado.

Para o Nordeste, especificamente, a adoção de tal diretriz acarretaria prejuízos inimagináveis. Além da ruptura de todo um processo dinamizador da economia, retornariam, ainda mais exacerbadas, as distorções resultantes da centralização das decisões governamentais, sem nenhuma prioridade para as regiões periféricas. Além disso, voltaria de forma acentuada a fragilização política da região, ao perder o Conselho Deliberativo da SUDENE, onde tem assento dez Governadores.

Embora pareça paradoxal o fato de instituições financeiras Estaduais (BANESP e BANERJ) serem a causa e o motivo de detonação de medidas drásticas contra os “excessos” da presença do Estado, os prejuízos para as regiões Norte e Nordeste afiguram-se incalculáveis, sobretudo, porque nada se oferece para compensar a ação e os instrumentos dos atuais organismos regionais”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos constatar, através da exposição das entrevistas, descrita no capítulo IV, que existem divergências e similaridades nas observações feitas pelos entrevistados, no tocante ao desempenho da SUDENE, no período de sua criação até a década de 90.

Todos os entrevistados concordam quanto ao diagnóstico do GTDN, considerando-o correto para época. O Ponto mais relevante deste, era a proposta de uma nova base econômica para a região lastreada na industrialização. A indústria se complementaria com a agricultura. Esta última, produziria matérias-primas para o setor industrial e alimentos para as cidades, barateando assim o custo da mão de obra. O diagnóstico do GTDN propunha também, o fortalecimento agricultura e a realização da reforma agrária.

Entretanto, a SUDENE não logrou êxito no fortalecimento da agricultura regional. Jorge Santana afirma que a SUDENE investiu durante muito tempo no desenvolvimento de pesquisas sobre recursos naturais da região. Quando realizou-se o levantamento das áreas que poderiam ser aproveitadas, faltaram recursos para se fazer investimentos. Por outro lado, os Bancos Oficiais - BNB e Banco do Brasil - nunca reservaram crédito suficiente para os agricultores do Nordeste. Atualmente, encontram-se formas de produção não-capitalistas na área rural, uma agricultura de "pura"subsistência, não recebendo nenhum apoio do Governo e não sendo auto-sustentável no período das secas. Para Jorge Santana e Clemente Ribeiro as resistências no campo foram enormes e os obstáculos de natureza institucional e política extremamente fortes. Segundo Edmilson Carvalho, a reforma agrária não foi realizada porque não se constitui uma necessidade dentro da lógica do capital.

Passados 34 anos de atuação da SUDENE, verifica-se que o segmento industrial passou a desempenhar um papel importante na economia

regional, predominando a indústria de transformação. Neste setor, a SUDENE desempenhou papel relevante, via incentivos creditícios, fiscais e financeiros administrados por ela, à projetos da iniciativa privada com o intuito de modernizar, diversificar e ampliar o setor industrial.

Ocorreram fortes mudanças estruturais na economia regional; verificou-se o aumento da participação do setor industrial e serviços no PIB - Produto Interno Bruto regional. Em contrapartida, as atividades agrícolas que receberam poucos incentivos, reduziram a sua contribuição (Tabela 7).

Jorge Santana e Clemente Ribeiro observam que a economia nordestina têm demonstrado um desempenho positivo, constatado pelo aumento do PIB regional. As taxas médias anuais de variação do PIB, no Nordeste, superaram em alguns anos, as taxas médias anuais de variação do PIB na economia nacional (Tabela 8).

Apesar do setor industrial ter contribuído fortemente no aumento do PIB regional, a implantação da indústria no Nordeste não se realizou conforme as expectativas. Pretendia-se montar uma indústria regional de forma integrada, ou seja, instalar indústrias de bens de capital, bens intermediários e bens finais. Hoje, segundo Jorge Santana, as indústrias de bens intermediários são o forte da economia do Nordeste, e por serem intensivas em capital, dispensam mão de obra abundante. Ainda do seu ponto de vista, o Nordeste precisa instalar a indústrias de bens finais, para uma maior integração da economia regional e absorção da mão de obra nordestina. Assim, dessa forma seriam criados sustentáculos com a agricultura e a agroindústria. Edmilson Carvalho concorda com Jorge Santana, no aspecto da indústria nordestina ser poupadora de mão de obra. Para Edmilson Carvalho, a indústria do Nordeste encontra-se em crise, com um processo de sucateamento muito grande, utilizando tecnologias defasadas. Acrescenta ainda, que as indústrias mais importantes no Nordeste não serviram a seus mercados regionais e sim ao mercado nacional.

Valfrido Filho considera que o crescimento do setor industrial ocasionou a criação de milhares de empregos diretos e permanentes, visto que, a industrialização também teria como objetivo acelerar a criação de empregos, acarretando a absorção do desemprego urbano. Conforme dados estatísticos (setembro de 1993), os projetos concluídos e em implantação incentivados pelo FINOR, geram 554 mil empregos (Tabela 9).

Porém, esperava-se que o setor industrial absorvesse uma maior quantidade de mão de obra, devido ao contingente populacional ser bastante elevado (cerca de 40 milhões de habitantes). Era preciso haver uma maior expansão e diversificação das atividades produtivas, além dos níveis alcançados. No entanto, as novas atividades exigiram reduzido contingente de força de trabalho. O desemprego não se fez maior, em decorrência do aumento dos setores informais urbanos, onde os níveis de subemprego são bastante elevados. Para Jorge Santana, o grande contingente da força de trabalho será absorvido, quando a região conseguir implantar a sua indústria de bens de capital. Na opinião de Edmilson Assunção, o crescimento industrial veio em benefício de grandes grupos empresariais, gerando empregos instáveis e baixos salários. Edmilson Carvalho relata que no período em que atuava na SUDENE (1962/1972), foram criados empregos através da instalação de grandes empresas no Nordeste, porém, em contrapartida, pequenas e médias empresas não podendo competir com as de grande porte foram fechadas, desempregando grande contingente de mão de obra. As estatísticas entretanto, não demonstraram isto. Na sua opinião, o volume de empregos gerados foi muito pouco, sobretudo nos dias atuais. O exército industrial de reserva tomou proporções terríveis, demonstrando uma economia de baixa qualidade, com um aumento acentuado no mercado informal.

Através do FINOR, foram incentivados 2.466 projetos, 1.672 correspondem a projetos concluídos e 794 a projetos em implantação (posição de setembro de 1993). Os projetos concluído e/ou implantação

implicaram em investimentos globais no montante de CR\$ 5,05 trilhões (em moeda de setembro de 1993), enquanto o montante de financiamento do FINOR foi da ordem de CR\$ 1,58 trilhões (Tabela 9). Os incentivos regionais contribuíram no reforço das finanças públicas da União e dos Estados, com as receitas do IPI e de ICMS para atenderem suas necessidades e prestarem melhores serviços a comunidade (Tabela 10). Valfrido Filho, comenta que o FINOR é uma demonstração clara de eficiência, apresentando resultados concretos nos seguintes itens: indução de investimentos; geração de empregos diretos e permanentes; geração de tributos federais e estaduais. Jorge Santana contrapõe-se a essa idéia, afirmando que o FINOR é um mecanismo esgotado, apresentando um déficit acumulado de US\$ 3 bilhões. Mesmo passando alguns anos sem a aprovação de um único projeto, não se consegue liquidar o déficit, precisa-se de outros mecanismos. (Reportagem 1).

Do ponto de vista social ocorreram algumas mudanças na melhoria de vida da população nordestina: a rede escolar aumentou a sua capacidade de ensino e aumentou o número de contingentes de aluno na região (Tabela 11); os projetos de saneamento contribuíram para aumentar a esperança de vida do povo nordestino: em 1960, 164 cidades eram abastecidas e 10 cidades servidas dos sistemas de esgotos sanitários, no ano de 1988, ampliou-se os serviços para as cidades com 1671 e 71 respectivamente (Tabela 12); houve uma relativa melhora na renda individual da região, mas ainda está abaixo da alcançada por muitos Países do Terceiro Mundo (Tabela 13).

Para Jorge Santana, a SUDENE contribuiu do ponto de vista social realizando conquistas importantes, mas não satisfatórias: aumentou o número de cidades abastecidas com água tratável; número de escolas equipadas e o número de vagas; reequipou Universidades e criou centros de pesquisas nas Universidades; contribuiu para melhorar o aparato administrativo dos Estados; implantou um sistema rodoviário moderno no Nordeste. Jorge Santana e Clemente Ribeiro, concordam que houve um crescimento de renda per capita na região.

Todos os entrevistados concordam que a SUDENE atualmente é bem diferente da de sua criação, pela própria mudança no contexto político nacional: perda da sua importância nas atribuições e restrições orçamentárias, a partir de 1964. Após o golpe, houve falta de interesse político na resolução dos problemas do Nordeste, principalmente do Presidente da República. Por outro lado, os dispêndios governamentais no Brasil, somente reservaram para o Nordeste uma fatia irrisória de CR\$ 16,4 milhões (em moeda de maio de 1989) e o Sudeste - região mais desenvolvida do país, recebeu CR\$ 37,82 milhões dos incentivos fiscais (Tabela 2). A questão da contenção dos gastos governamentais é citado na entrevista de Jorge Santana, onde afirma que a região não tem merecido atenção do Governo. Sendo assim, é um prodígio a atuação da SUDENE no Nordeste.

Atualmente, a SUDENE encontra-se em um processo de esvaziamento (Reportagem 2). O principal motivo de esvaziamento do órgão, na opinião de Jorge Santana, se deve a perda de recursos financeiros e humanos, e perda de poder. Edmilson Carvalho relata que a SUDENE perdeu a função de descentralizar o capital do Centro-Sul para o Nordeste, e este é o principal motivo do esvaziamento do órgão. Para Edmilson Carvalho e Valfrido Filho, a SUDENE funciona como cabides de empregos para políticos.

Todos os entrevistados, com exceção de Edmilson Carvalho, concordam que a SUDENE continua sendo necessária e imprescindível ao desenvolvimento regional. Entretanto, podemos afirmar, que é premente para a continuidade da SUDENE uma reestruturação desta. Faz-se necessário novos direcionamentos de natureza estrutural e conjuntural. É preciso restringir o seu campo de atuação, definindo claramente o seu papel; obter uma dotação de recursos estáveis para poder atuar; recuperar o seu quadro técnico; contar com o apoio político regional e não obstante torna-se necessário também, que o Presidente da República faça do Nordeste uma prioridade nacional.

Anexo I

ROTEIRO DE PERGUNTAS

- 1) Como situa-se historicamente a constituição da SUDENE? É viável ainda um organismo de planejamento regional?
- 2) O entrevistado acha que o diagnóstico do GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, era correto?
Se não, porque?
Se sim, quais os pontos que o entrevistado acha mais importante?
- 3) Na sua opinião, quais as forças sociais que foram determinantes no processo de criação da SUDENE e qual a influência destas forças na elaboração e execução dos planos da SUDENE?
- 4) Segundo Chico de Oliveira, a industrialização do Nordeste se constituiu na expansão e nos interesses dos grandes capitais nacionais e internacionais localizados no Centro-Sul. O Sr. concorda?
- 5) Um dos objetivos da criação da SUDENE foi eliminar as disparidades regionais, parece que isto não ocorreu. Nos últimos trinta anos o fosso entre as regiões mais desenvolvidas do Brasil e o Nordeste aumentou. O Sr. concorda e porque isto se deu?
- 6) Se não estiver enganada, a estratégia de desenvolvimento do Nordeste era baseada na industrialização. Porque a agricultura e a integração da indústria e a agricultura não se desenvolveu?
- 7) Havia a idéia de um mercado interno regional? (Por exemplo, uma integração das várias economias regionais como as da Bahia, Pernambuco e Ceará?).
- 8) Qual a alternativa da SUDENE hoje?

9) A SUDENE sofreu limitações nas suas atribuições e restrições orçamentárias? O Sr. acha que decorre da centralização do Estado sobretudo no período da Ditadura Militar e/ou por perda do poder político dos Governadores Nordestinos?

Se sim, porque com o processo de democratização com a escolha dos Governadores pelo voto popular não se reverteu este processo?

10) Como o Sr. vê a industrialização nordestina?

11) Há possibilidade e é viável a continuidade deste processo? Por exemplo, a indústria baiana se caracteriza por uma complementariedade com a do Centro-Sul? Tendo em vista a globalização e a abertura da economia brasileira, como esse modelo ainda é factível?

12) Como o Sr. vê estes novos "pólos" de crescimento, como turismo, a indústria e extração de pedras, novos materiais industriais, fruticultura e a indústria têxtil no Ceará?

13) Como a crise dos anos 80/90, quais são as perspectivas da economia nordestina?

14) Voltando a SUDENE, quais as observações que poderiam-se fazer para uma maior eficaciedade de atuação?

15) No Governo Collor houve uma tentativa de extinguir a SUDENE. Agora uma declaração do Senador Bisol, este propõe sua extinção a partir das conclusões da CPI do Orçamento. O Sr. concorda com estas propostas?

16) Acha necessário a constituição de outro organismo para o desenvolvimento da região?

17) Será que estas propostas evidenciam um esgotamento de um modelo de planejamento e de acumulação inaugurado pela SUDENE no Nordeste?

18) O Sr. têm outras observações a fazer, que nos tenha passado despercebidas e que são importantes para a compreensão do processo nordestino?

A 2 • Recife, quarta-feira, 5 de outubro de 1994

O esvaziamento da Sudene

Waldimir Maia Leite

O esvaziamento da Sudene não é novo. Foi tema de um discurso pronunciado na Câmara dos Deputados, por Thales Ramalho, exatamente no dia 24 de setembro de 1974. Vinte anos depois, o clima irrispirável é o mesmo: a avarquia de desenvolvimento esvaziada. (A última reunião do Conselho Deliberativo não teve a presença de nenhum dos governadores nordestinos).

Ao longo de 23 anos como Assessor de Imprensa daquele órgão, convivi, diuturnamente, com esse processo de naufrágio, sendo testemunha, obviamente, do esforço de nove superintendentes para contornar obstáculos sucessivos e, às vezes, de difícil solução.

Thales Ramalho afirmou que fatos diversos, em diferentes momentos, obstaculizaram a atuação da Sudene. Dai se poder dizer que muitos dos objetivos, inicialmente propostos, deixaram de ser atingidos.

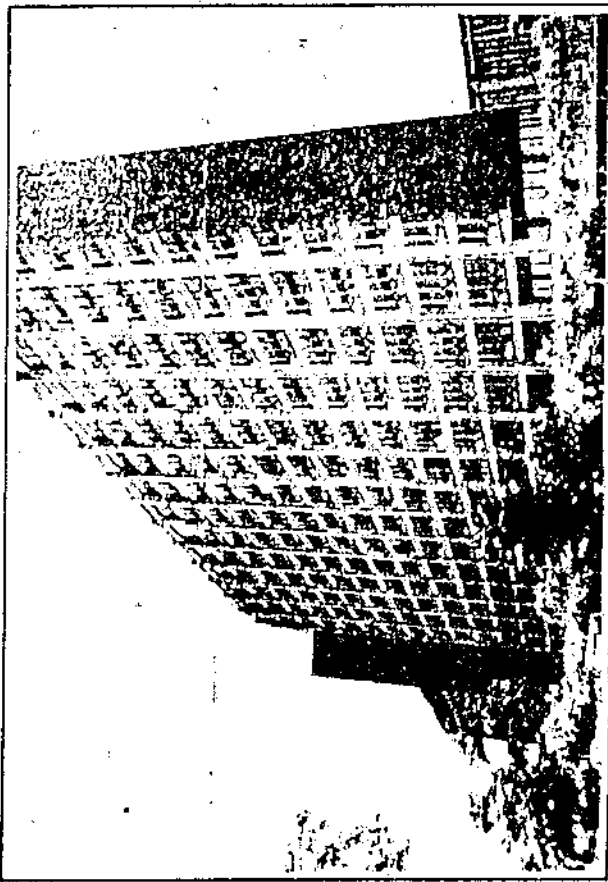
Ao ser criado, o órgão tinha como norma obter uma unidade de propósitos que só pode existir quando cabe a um só órgão a responsabilidade de formu-

o prédio custou cerca de CR\$ 50 milhões, mas sabe-se que foram gastos mais de CR\$ 4.100 mil em móveis e decorações e que existem outras despesas que não foram incluídas no custo final. Entretanto, apenas esses CR\$ 94 milhões conhecidos já representam 45,8% do orçamento da Sudene para este ano (1974) — que é de CR\$ 205 milhões e dariam, de acordo com técnicos do próprio órgão, para a execução de um programa de dois anos contra a seca. (Apenas 20 anos depois, e o edifício da Sudene está recuperado por um grupo de engenharia).

Não há qualquer dúvida, ao longo do tempo, que o trabalho técnico da Sudene ofereceu resultados positivos para a região nordestina.

O órgão vive, hoje, um clima de esvaziamento que poderá e deverá ser contornado. É essa a promessa feita pelos candidatos presidenciais. E que se espera seja, realmente, concretizada.

Waldimir Maia Leite é membro da Academia Pernambucana de Letras, da Associação Nacional de Escritores (Brasília), da Academia Tanguingense de Letras (Recife) e da IURE-PE



lar a política do desenvolvimento da região. É um fato incontestável.

Dentro do processo de esvaziamento, a Imprensa do Sul, àquela época, já fazia suas restrições. Foi o caso de "O Estado de São Paulo", com a matéria "Nasce um Ambiente Sufocante, com a

"Desculpa de Economia" (21.07.1974). Referia-se à nova sede da Sudene, na Cidade Universitária, cotocando-a como "o maior e o mais luxuoso prédio do Nordeste", fazendo também uma estimativa do seu custo.

"Segundo as informações oficiais,

QUADRO 01

NORDESTE - SEQUÊNCIA DE PLANOS REGIONAIS 1961 - 89

- 1) I PLANO DIRETOR - PD (1961-63) (*)
- 2) II PD (1963-65) (*)
- 3) III PD (1966-68) (*)
- 4) IV PD (1969-73) (*)
- 5) I Plano Nacional de Desenvolvimento - I PND
(1972-74)
- 6) II PND (1975-79)
- 7) III PND (1980-85)
- 8) I PND/NR (1986-91)
- 9) Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste - PDN
(1986) (*)
- 10) I Plano Trienal de Desenvolvimento do Nordeste - I PTDN
(1988-90)

(*) Documentos aprovados por Lei Federal.

FONTE: Modernização Regional em Curso: Trinta anos de SUDENE.

QUADRO 02

CONCEPÇÃO ORIGINAL DA SUDENE

1) Características:

- a) **AUTORIDADE** (Vinculação ao Presidente da República);
- b) **LEGITIMIDADE** (Colaboração intergovernamental);
- c) **EXCEPCIONALIDADE** administrativa (Autonomia e instrumentação complementar e específica).

2) Atribuições:

- a) **PLANEJAMENTO** (Informação e política);
- b) **COORDENAÇÃO** (Articulação da atuação federal);
- c) **COOPERAÇÃO E ASSISTÊNCIA** (Apoio técnico e financeiro);
- d) **EXECUÇÃO** (Direta e/ou indireta).

3) Composição:

- a) **CONSELHO DELIBERATIVO** (Instância política e decisória);
- b) **SECRETARIA EXECUTIVA** (Instância técnica e operativa).

FONTE: Modernização Regional em Curso: Trinta anos de anos de SUDENE.

TABELA 01**NORDESTE - RECURSOS FEDERAIS APLICADOS
ATRAVÉS DA SUDENE
1980 - 88**

DISCRIMINAÇÃO	RECURSOS Valor (US\$ Mil)	%
Orçamentos	2.895.391	15,04
Recursos Vinculados	2.994.635	15,55
Programas Emergênciais	4.597.969	23,87
Incentivos Financeiros	8.771.223	45,54
TOTAL	19.259.218	100,00

FONTE: Modernização Regional em Curso: Trinta anos de SUDENE.

TABELA 02

BRASIL - REGIONALIZAÇÃO ESTIMADA DOS
INCENTIVOS FISCAIS
1990

PROGRAMA	NCZ\$ Milhão (Maio/89)							RELAÇ AO PIB (
	NORTE	NORDESTE	CENTRO- OESTE	SUDESTE	SUL	NÃO REGIONAL	BRASIL		
Atividade Rural	10,3	50,0	50,9	356,1	145,1	-	613,1	0,13	
Desenvolvimento Industrial	4,8	74,4	4,6	52,7	18,6	338,4	493,5	0,10	
Incentivo Regional Explícito	1.478,3	920,2	-	10,2	-	-	2.408,7	0,51	
Desenvolvimento Regional	382,2	920,2	-	10,2	-	-	1.312,6	0,28	
Zona franca de Manaus	1.096,1	-	-	-	-	-	1.096,1	0,23	
Energia Elétrica	-	-	-	-	-	324,4	325,6	0,07	
Exportações	26,8	134,1	9,3	2.047,9	1,2	173,2	2.702,0	0,57	
Indústria	-	-	-	-	310,7	-	90,3	90,3	0,02
Outros	5,4	10,1	13,5	286,6	-	303,5	673,8	0,13	
TOTAL (Valor)	525,7	1.198,9	78,2	2.753,5	18,7	1.229,9	7.281,3	1,53	
TOTAL (Percentual)	29,95	16,47	1,07	37,82	6,80	16,89	100,0	-	

FONTE: Modernização Regional em Curso: Trinta anos de SUDENE.

TABELA 03

**NORDESTE - PROJETOS BENEFICIADOS PELO SISTEMA
DE INCENTIVOS GOVERNAMENTAIS ADMINISTRADOS PELA SUDENE,
POR SETOR DE ATIVIDADE
1962 - 89**

SETOR DE ATIVIDADE	NÚMERO DE PROJETOS	EMPREGO CRIADO	INVESTIMENTO (US\$ MILHÕES)	
			Total	Incentivo
Indústria	1.482	441.303	36.639	12.201
Telecomunicações	29	36.833	2.887	391
Turismo	96	14.529	965	359
Agroindústria	70	23.951	1.180	506
Agricultura	192	27.774	1.040	534
Agricultura Irrigada (1)	56	10.126	268	126
Pecuária	839	36.816	3.685	2.256
Pesca	43	7.415	372	188
Serviços (Armazéns/CHESF)	5	1.599	396	49
TOTAL	2.756	590.220	47.164	16.484

FONTE: SUDENE/DAI (Posição em NOV/89).

(1) Incluídos os números e valores no setor anterior (Agricultura).

TABELA 04**PARTICIPAÇÃO DO PIB SETORIAL NO PIB GLOBAL DO NORDESTE
1960 - 1993**

ANO	PARTICIPAÇÃO (%)			Total
	Agropecuária	Indústria	Serviços	
1960	30,5	22,1	47,4	100,0
1970	21,0	27,4	51,6	100,0
1980	17,3	29,3	53,4	100,0
1990	14,4	28,2	57,4	100,0
1993	8,3	29,6	62,1	100,0

FONTE: SUDENE/DPG/PSU/DCR.

TABELA 05

NORDESTE - INDICADORES DO DESENVOLVIMENTO
DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

INDICADOR	ANO MAIS REMOTO	ANO MAIS RECENTE
Participação do VTI/NE no VTI/Nacional (%)	7,6 (1960)	8,1 (1984)
Participação dos Ramos Modernos no VTI/NE (%)	24,2 (1960)	60,4 (1984)
Participação dos Ramos Tradicionais no VTI/NE (%)	75,8 (1960)	39,6 (1984)
Participação dos Bens de Consumo não Duráveis no VTI/NE (%)	73,3 (1960)	41,2 (1984)
Participação dos Bens Intermediários no VTI/NE (%)	24,2 (1960)	50,9 (1984)
Participação dos Bens de Capital e de Consumo Duráveis no VTI/NE (%)	2,5 (1960)	7,9 (1984)
Participação dos Produtos Industrializados no Valor das Exportações/NE (%)	25,0 (1972)	67,0 (1987)
Participação dos Produtos Básicos no Valor das Exportações do Nordeste (%)	75,0 (1972)	33,0 (1987)

FONTES : SUDENE/DPG/PLJ

TABELA 06**NORDESTE DO BRASIL
SALDO DA BALANÇA COMERCIAL - 1980-93**

ANOS	VALOR US\$ 1.000 FOB		
	Exportação	Importação	Saldo
1980	2.319.538	1.381.280	938.258
1981	2.693.957	1.063.841	1.630.116
1982	1.978.880	990.858	988.022
1983	2.369.885	787.117	1.582.768
1984	2.717.600	701.905	2.015.695
1985	2.525.630	770.147	1.755.483
1986	2.022.712	925.530	1.097.182
1987	2.286.112	946.212	1.339.900
1988	2.921.281	1.053.007	1.868.274
1989	2.879.063	1.292.332	1.586.731
1990	3.030.397	1.491.909	1.538.488
1991	2.859.771	1.577.900	1.281.871
1992	3.034.671	1.372.718	1.661.953
1993	3.040.422	1.972.970	1.067.452

FONTES: MIC/SCE/DTIC; MF-DpRF; SUDENE/DPG/PSU/DCR

TABELA 07

NORDESTE
EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO
POR SETOR DE ATIVIDADE
1960 - 1990

SETOR DE ATIVIDADE	PARTICIPAÇÃO (%)		VARIÇÃO MÉDIA ANUAL NO PERÍODO (% a.a.)
	1960	1990	
Agropecuária	30,4	15,1	2,6
Indústria	22,1	27,0	5,9
Serviços	47,5	57,9	7,2
TOTAL	100,0	100,0	5,4

FONTE: SUDENE/DPG/PSE/GCR.

TABELA 08**BRASIL E REGIÃO NORDESTE****ÍNDICE E VARIAÇÕES ANUAIS DO PRODUTO INTERNO BRUTO REAL - 1960-94**
(ANO BASE = 1980)

ANO	BRASIL		NORDESTE	
	Índice	Variação (%)	Índice	Variação (%)
1960	24,2	-	30,6	-
1961	26,7	10,3	31,9	4,2
1962	28,1	5,2	33,9	6,3
1963	28,5	1,4	35,5	4,7
1964	29,4	3,2	37,2	5,9
1965	30,2	2,7	38,6	2,7
1966	31,4	4,0	38,2	-1,0
1967	32,9	4,8	43,0	12,6
1968	36,6	11,2	43,4	0,9
1969	40,3	10,1	45,2	4,1
1970	43,7	8,4	43,3	-4,2
1971	48,7	11,4	57,5	25,4
1972	54,5	11,9	54,3	5,9
1973	62,1	13,9	64,0	11,3
1974	67,2	8,2	65,0	1,6
1975	70,7	5,1	70,5	8,5
1976	77,9	10,2	75,4	7,0
1977	81,7	4,9	82,1	8,9
1978	85,7	4,9	90,7	10,5
1979	91,5	6,8	97,2	7,2
1980	100,0	9,2	100,0	2,9
1981	95,5	-4,5	99,3	-0,7
1982	96,1	0,5	109,7	10,5
1983	92,7	-3,5	105,7	-3,8
1984	97,6	5,3	114,6	8,6
1985	105,4	7,9	123,8	8,0
1986	113,4	7,6	141,8	14,5
1987	117,4	3,6	140,4	-1,0
1988	117,3	-0,1	142,0	1,1
1999	121,2	3,3	146,6	3,2

1990	115,8	-4,4	138,0	-5,9
1991	116,9	0,9	141,3	2,4
1992	116,0	-0,8	138,0	-2,3
1993	121,8	5,0	135,9	-1,5
1994	128,7	5,7	146,1	7,5

FONTE - IBGE/DPEE/DECNA; SUDENE/DPG/PSU/DCR.

NOTA - 1) Para os anos de 1992 e 1993 os dados são preliminares para o Nordeste.

2) Os dados de 1994 referem-se a uma previsão para o primeiro trimestre.

TABELA 09

FINOR - PROJETO CONCLUÍDOS E EM IMPLANTAÇÃO
 POSIÇÃO EM SETEMBRO/93
 POR SETOR

EM CR\$ MILHÕES
 INVEST. FINOR EMPREGOS

SETORES	Nº DE PROJ.	INVEST. TOTAL		EM CR\$ MILHÕES			
		VALOR	%	VALOR	%	Nº	%
<u>Projetos Concluídos</u>	<u>1.672</u>	<u>3.372.326,2</u>	<u>99,9</u>	<u>1.040.969,3</u>	<u>99,9</u>	<u>365.779</u>	<u>99,9</u>
Indústria	989	2.644.628,0	78,4	790.264,8	75,9	277.551	75,8
Agro Indústria	35	59.937,1	1,7	23.575,7	2,2	11.211	3,0
Agricultura	63	36.078,1	1,0	17.199,6	1,6	8.104	2,2
Pecuária	478	218.905,5	6,4	136.263,8	13,0	19.322	5,2
Turismo	57	73.338,0	2,1	26.254,9	2,5	9.276	2,5
Telecomunicações	24	218.561,8	8,3	34.181,7	3,2	34.900	9,5
Pesca	21	15.886,0	0,4	7.998,7	0,7	3.816	1,0
Serviços	5	41.991,7	1,2	5.230,1	0,5	1.599	0,4
<u>Proj em Implantação</u>	<u>794</u>	<u>1.679.621,4</u>	<u>100,0</u>	<u>545.176,6</u>	<u>100,0</u>	<u>187.553</u>	<u>100,0</u>
Indústria	326	1.087.094,9	64,7	378.704,5	69,5	126.312	67,3
Agro Indústria	36	81.022,4	4,8	30.828,9	5,7	12.385	6,6
Agricultura	55	33.527,6	2,0	15.773,0	2,9	8.044	4,3
Irrigação	95	53.425,2	3,2	24.230,7	4,4	16.054	8,5
Pecuária	220	92.241,8	5,5	51.174,9	9,4	11.077	5,9
Turismo	39	27.842,7	1,7	9.697,9	1,8	5.153	2,7
Telecomunicações	7	36.701,4	2,2	12.118,6	2,2	6.205	3,3
Pesca	15	13.423,0	0,8	6.803,8	1,2	2.173	1,2
Energia	1	254.342,4	15,1	15.844,3	2,9	150	0,1
TOTAL	2466	5.051.947,6		1.586.145,9		553.332	

FONTE: SUDENE/DPG

TABELA 10**QUADRO COMPARATIVO ENTRE RECOLHIMENTO DE IPI E ICMS DAS 100
EMPRESAS INCENTIVADAS E O ORÇAMENTO DO FINOR 1987/1992
(VALORES EM US\$)**

ESTADOS	1987 -1992						
	IPI (A) (US\$ MILHÕES)	ICMS (B) (US\$ MILHÕES)	IPI+ICMS (C) (US\$ MILHÕES)	ORÇAMENTO DO FINOR (D) (US\$ MILHÕES)	A/D	B/D	C/D
MA	39,9	177,4	217,3	246,4	0,16	0,72	0,882
PI	141,6	110,1	251,7	174	0,81	0,63	1,447
CE	134,2	480	614,2	394,5	0,34	1,22	1,557
RN	7,8	171,4	179,2	77,6	0,1	2,21	2,309
PB	155,5	311,4	466,9	181,7	0,86	1,71	2,57
PE	594,8	1128	1722,8	343	1,73	3,29	5,023
AL	27	149,4	176,4	77	0,35	1,94	2,291
SE	12,4	145,6	158	43,9	0,28	3,32	3,599
BA	1039,2	1949	2988,2	417,1	2,49	4,67	7,164
MG	122	193,2	315,2	97,4	1,25	1,98	3,236
TOTAL	2.274,40	4.815,50	7.089,90	2.052,60	1,10	2,34	3,45

FONTE: SUDENE/DAI/PTE

TABELA 11

BRASIL - NORDESTE - NÚMERO DE MATRÍCULAS POR GRAU
DE ENSINO
1960 - 1990

GRAU DE ENSINO	1960		(MIL PESSOAS) 1990	
	BRASIL	NORDESTE	BRASIL	NORDESTE
PRIMEIRO	7.458	1.693	28.234.039	8.733.984
SEGUNDO	1.177	206	3.760.935	837.941
TERCEIRO	93	15	1.665.982	232.205
TOTAL	8.728	1.914	33.660.956	9.804.130

FONTE: IBGE

TABELA 12**NORDESTE - ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIOS
1960 - 1988**

DÍSCRIMINAÇÃO	1960	1988	VARIAÇÃO NO PERÍODO DE 1960 - 88 (%)
ABASTECIMENTO DE ÁGUA			
Cidades Abastecidas	164	1.671	918,9
Ligações (Economias)	303.800	4.168.360	1.272,1
População Abastecida (Hab.)	1.519.000	20.841.800	1.272,1
% da População Urbana	19,7	89,0	-
ESGOTOS SANITÁRIOS			
Cidades Servidas	10	71	610,0
Ligações (Economias)	87.267	637.186	630,2
População Servida (Hab.)	436.300	3.185.930	630,2
% da População Urbana	5,7	13,2	-

FONTE : SUDENE/DPG/SAN

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. Alguns aspectos recentes da experiência de desenvolvimento do Nordeste. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro: IPEA, v.6, n.2, p.401-88, ago. 1976.
- ALMEIDA, Rômulo. Industrialização na Bahia e sua repercussão no desenvolvimento brasileiro. Aratu, Salvador: v.3, n.35, p. 2-11, jul. 1970.
- ARAÚJO, Luiz Coelho de. Planejamento Estatal no Brasil e Desenvolvimento Regional: Um estudo da industrialização no Nordeste no período de 1960/1976. Salvador: UFBA/CME, 1979. 165p.
- AVENA FILHO, Armando. Os Caminhos do Desenvolvimento Nordeste/Bahia. In: A SUDENE e a questão nordestina. Salvador. UCSal, 1986.105-108p.
- AZEVEDO, José Sergio Gabrielli de. Industrialização e incentivos fiscais na Bahia: Salvador: UFBA/CME, 1975. 153p.
- BNB- O Nordeste no 2º, Governo Vargas: depoimento de Rômulo Barreto Almeida, Presidente da Comissão Incorporadora do BNB SA. e ex Presidente do BNB sobre a criação e implantação do BNB SA. Fortaleza. 1985.336p.
- BOA AVENTURA, Edvaldo Machado - Incentivos ao Desenvolvimento Regional. Salvador: UFBA/DIR, 1964.
- BRASIL. SUDENE. Primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento do Nordeste. Recife: 1960. 300p.

- COSTA, Rubens Vaz da. Resultados da Política de Industrialização do Nordeste: análise preliminar. Revista Econômica, Fortaleza: BNB, v.2, n.5, p. 7-14, jul./set. 1970.
- CARVALHO, Otamar de. A SUDENE e suas Diretrizes para a Expansão da Agricultura do Nordeste. Revista de Economia Rural, Rio de Janeiro: v.1, n.1, p. 337-66, jun. 1968.
- FÁCO FILHO, Heitor. Avaliação da política de incentivos fiscais no desenvolvimento industrial do Nordeste. Aratu, Salvador: CIA: v.4, n.41, p. 6-13, jan. 1971.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Um reexame da questão nordestina. Belo Horizonte, 1984.
- GOODMAN, David E; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. Incentivos à industrialização e desenvolvimento do Nordeste. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1974. 410p.
- LACERDA, Márcio. Nordeste: Industrialização e absorção de mão de obra. Boletim Econômico da SUDENE, Recife: v.1, n.4, p.116-125, out./dez. 1968.
- SANTOS, Orlando Argemiro dos; OLIVEIRA, Evilazio. Mão de Obra na Indústria na História Econômica da Bahia. Aratu, Salvador: CIA, v.4, n.41, p.14-22, jan. 1971.
- NASCIMENTO, José Fernando. Aratu e a Industrialização Baiana - 10 anos. Aratu, Salvador: v.8, n.59, p.8-11, mar.1977.
- OLIVEIRA, Francisco de. A Economia da Dependência Imperfeita. Rio de Janeiro: Graal Editora, 1977. 39-75p.

OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re(li)gião : SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz & Terra Editora, 1977. 132 p.

PÃEZ, Paulo Brasil; POND, Martin T. Avaliação das Atividades da SUDENE. Revista de Economia Rural, Rio de Janeiro: v.2, n.2, 51-79, jun. 1970.

PATRICK, George F. Efeitos de programas alternativos do Governo sobre a agricultura do Nordeste. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro: IPEA, v.4, n.1, p.49-82, fev. 1974.

SANTANA, Jorge Fernando de. Modernização regional em curso: Trinta anos de SUDENE. Recife: MINTER/ SUDENE, 1990. 134p.

SUDENE INFORMATIVO. Recife: v.14, n.3, p.3-33, jul./set. 1976.

